

INICIATIVA COMUM

TRAJETÓRIA E
APRENDIZADOS
COM AS REDES
E COLETIVOS
DE JOVENS



Esta publicação sintetiza a experiência da segunda fase do Fundo Iniciativa Comum, realizada pelo Bloco Brasil da RedEAmérica, em parceria com a Inter-American Foundation, a partir do Documento Final de Sistematização da Iniciativa Comum. www.iniciativacomum.org.br www.redeamerica.org

ISBN 978-85-88902-16-9

sistematização da Iniciativa Comum e relatório final
Cássio Martinho

edição de texto
Patrícia Logullo | Palavra Impressa

revisão de conteúdo
Ana Beatriz Lorch Roth | Fundação Otacílio Coser
Célia Aguiar | Instituto Arcor Brasil
Tania de Falco | INCIDE

revisão
Isaias Sidney

projeto gráfico
Ruth Klotzel | Estúdio Infinito

produção gráfica
Rogério Nicolau | Base_k

fotografias
Acervo das redes, dos coletivos e da Iniciativa Comum

FUNDO INICIATIVA COMUM

INVESTIDOR INTERNACIONAL
Inter-American Foundation

INVESTIDORES BRASIL
Fundação Aperam
Fundação Otacílio Coser
Instituto Arcor Brasil
Instituto Camargo Corrêa
Instituto de Cidadania Empresarial
Instituto Holcim
Instituto Indusval de Sustentabilidade

GESTÃO DO FUNDO INICIATIVA COMUM
comitê de interlocução do Bloco Brasil para Iniciativa Comum
Ana Paula Soares Carvalho e
Luciene Sena | Fundação Otacílio Coser
Milena Drigo | Instituto Arcor Brasil
Vera Dutra | Fundação Aperam
gestão técnica,
acompanhamento e avaliação
Cássio Martinho
assessoria de comunicação
Scheilla Gumes | Gota Serena
gestão administrativo-financeira
Maria Brant, Tamiris Sobral e
Tania de Falco | INCIDE

REDES E COLETIVOS APOIADOS

A BANCA
subdital Hip Hop
Conectando Quebradas
Coletivos
Afasiarte
Contraponto
Fora de Frequência
Freestyles DiS
Lords of Krump
Miolo Mole
NEAS
Tambor do Coração
Vielas, Letras e Livros

FONAJUVES
subdital Teias Jovens
Coletivos
Cia de Aruanda
Grupo de Teatro Atempus
JÁ
Pastoral da Juventude
Poesiak
Rede Fale
REJU

RUDS
subdital RUDS-MG
Coletivos
Mudd*Se
Shama
Urucum

INICIATIVA COMUM

TRAJETÓRIA E
APRENDIZADOS
COM AS REDES
E COLETIVOS
DE JOVENS



dezembro 2013



A INICIATIVA COMUM: UMA OPORTUNIDADE DE INOVAR

RedEAmérica é uma rede temática que reúne mais de 70 organizações de origem empresarial. Sua estratégia de investimento social é utilizar o desenvolvimento de base para apoiar a diminuição da pobreza e aprofundar a democracia, ou seja, fortalecer as capacidades coletivas nas comunidades para que elas mesmas superem as condições adversas. Em sintonia com esse conceito e propósitos, os membros do Bloco Brasil da RedEAmérica experimentaram a riqueza de atuar em rede, no exercício de um programa chamado Iniciativa Comum, que descrevemos nesta publicação.

As instituições do Bloco Brasil haviam identificado uma dificuldade de renovação das lideranças comunitárias nos territórios de atuação tradicional. Era forte o sentimento de que não conseguíamos chegar a grupos jovens nesses territórios, já que esses jovens não se interessavam pelos espaços comunitários estabelecidos. Além disso, nosso discurso “adulto” não atingia esse público. Assim, a Iniciativa Comum, em sua segunda fase, propôs uma solução inovadora para a dificuldade de localizar e contatar esses potenciais jovens parceiros. A sugestão foi buscar redes de coletivos que tinham acesso aos jovens e, assim, ganhar capilaridade nos territórios.

A experiência da Iniciativa Comum foi concebida dentro do Convênio BR-812, firmado em 2004 entre a Fundação Otacílio Coser (FOCO) e a Fundação Interamericana (IAF), e teve adesão dos demais membros do Bloco Brasil em 2006. Esta publicação trata da segunda fase da Iniciativa Comum.

Para saber mais, ver a publicação "Los Fondos programa y su operación como alianzas" em que a experiência da Iniciativa Comum está citada.
<http://buenaspracticass.redeamerica.org/fondos.html>

O Fundo Iniciativa Comum é um fundo compartilhado de recursos para o desenvolvimento de base. Um fundo compartilhado traz inúmeras oportunidades de alavancar recursos, produzir e disseminar conhecimentos, e, principalmente, possibilita experimentar propostas baseadas em hipóteses que dificilmente nossas instituições ousariam enfrentar sozinhas. Assim, a experiência de gerir esse fundo foi um desafio importante para as instituições de porte e complexidade que se envolveram, fazendo com que ficassem ainda mais sensíveis às dificuldades que as organizações de base vivenciam.

Do ponto de vista operacional, também houve inovação ao se optar pela utilização de um edital que serviu à seleção de três redes de coletivos jovens que tiveram como tarefa, cada uma, elaborar e divulgar um subedital. A essas redes a Iniciativa Comum delegou a responsabilidade de seleção e gestão dos projetos apresentados pelos coletivos jovens. Nessa aposta, estava o principal desafio da Iniciativa Comum: abrir mão de parte significativa do poder de decisão. A melhor forma de fortalecer as redes foi definir regras claras no edital principal e, assim, todas as limitações foram conhecidas de antemão. Daí em diante, as redes selecionadas tiveram autonomia para decidir o subedital. Isso foi possível porque a Fundação Interamericana (IAF) confiou no Bloco Brasil e na proposta inovadora da Iniciativa Comum.

Nós, membros do Bloco Brasil signatários da Iniciativa Comum, acreditamos que promover a autonomia desses

grupos jovens começava com um passo consciente e firme que abrisse espaço para que as Redes de Coletivos ocupassem um lugar de maior destaque à frente dos processos. O trabalho de Cássio Martinho foi muito importante para que a arquitetura em rede funcionasse nesse ambiente. Também foi preciso controlar a "ansiedade institucional" de se antecipar e resolver os impasses que naturalmente surgem em projetos com responsabilidades delegadas. Ao delegar e confiar, mas também responsabilizar e cobrar, fortalecemos de fato os atores sociais mais jovens. Martinho também fez a análise de todo o processo em seu relatório final, que foi utilizado como base para esta publicação.

Essencial para o sucesso da Iniciativa Comum foi, ainda, a contribuição voluntária e generosa de Mafoane Odara (Ashoka) e Rui Mesquita (Fundação W.K. Kellogg), que formaram o comitê de seleção e tiveram a sensibilidade de compor um grupo de três redes com diferenças suficientes para gerar uma energia nova e motivadora. Restam dois sinceros agradecimentos: às instituições do Bloco Brasil, que participaram e confiaram na FOCO como gestora e representante do grupo junto à IAF, e aos Conselhos Curador e Fiscal da FOCO, que zelaram pela guarda dos recursos por todos esses anos, sabedores de que a definição do investimento social era compartilhada com as demais instituições.

Ana Beatriz Lorch Roth
Superintendente
Fundação Otacílio Coser (FOCO)
Instituição signatária do Convênio

O BLOCO BRASIL

O Bloco Brasil, como está formado, teve sua origem com a Iniciativa Comum. Na época, tivemos a adesão de todos os membros e encaramos o desafio de trabalhar com os conceitos de gestão compartilhada, construção coletiva, tomada de decisões democráticas e respeito à diversidade. Justamente o que, como investidores sociais, tentávamos inculcar nas organizações de base que apoiávamos em nossos territórios.

O grupo amadureceu com os acertos e erros da primeira fase da Iniciativa Comum, que ainda apoiou projetos nos limites das comunidades de entorno e com recortes que faziam sentido para os membros e suas estratégias institucionais.

Nesse período, passamos por várias formas de governança do bloco, experimentamos ter uma secretaria executiva para coordenar as atividades das iniciativas e animar a relação das organizações; contratamos consultorias para desenhar este modelo; fizemos uma aliança com o GIFE, tendo mais uma vez uma profissional que deveria realizar a facilitação entre os membros e, num processo muito sério e árduo, começamos a caminhar no sentido de ser de fato uma rede – entendendo que só somos uma rede quando estamos “ligados”, “conectados” uns aos outros por nossos próprios laços.

Podemos dizer que temos o mesmo DNA. Todas as outras iniciativas e fundos que vieram depois beberam na fonte da Iniciativa Comum.

Célia Ribeiro de Aguiar
Diretora Executiva
Instituto Arcor Brasil
Coordenadora do Bloco Brasil





SUMÁRIO

- 10 FORTALECER
PARA FORTALECER-SE
*O que é o desenvolvimento de base
e as ações em rede*
- 12 A BASE NA JUVENTUDE
Por que fortalecer os jovens?
- 16 O DESAFIO DA REDE
Por que fortalecer as redes?
- 18 AS REGRAS DO JOGO
Capacitar para atuar
- 26 BOLA ROLANDO
Avanços e obstáculos
- 35 APRENDIZADOS
E novos desafios
- 47 ESCALAÇÃO
Os personagens e suas histórias

FORTALECER PARA FORTALECER-SE

O que é o desenvolvimento de base e as ações em rede

Em vez de satisfazer as necessidades das comunidades carentes, desenvolver capacidades das pessoas de transformar suas realidades. Em vez de dar o que falta ou montar sistemas assistenciais de ajuda para os que precisam, fortalecer os grupos para que eles mesmos criem projetos coletivos, num ambiente democrático. Em vez de apoiar a solução de problemas isolados, contribuir para que os grupos se tornem independentes e capazes de criar vínculos de colaboração com outras organizações, de modo a tornar suas conquistas sustentáveis. Aplique esses princípios do desenvolvimento de base a um projeto social voltado para jovens e apoiado em redes... e terá uma instigante e desafiadora vivência, de aposta na organização coletiva e na capacidade empreendedora da juventude.

O que se vai relatar nesta publicação é uma experiência inovadora. O **Fundo Iniciativa Comum** foi criado para fomentar o **desenvolvimento de base** e fortalecer as ações em rede do Bloco Brasil da RedEAmérica. Em sua segunda fase, optou por apoiar projetos de fortalecimento de **coletivos de jovens por redes de coletivos**. Para tanto, em 2010, lançou um edital convocando a participação das redes, que receberiam financiamento para selecionar os grupos e monitorar a implementação dos projetos. Os coletivos, por sua vez, também receberiam financiamento para suas atividades de capacitação, mobilização ou mesmo de formalização. O que se revelou, na conclusão do programa, é que houve contrapartidas muito positivas: o bloco de apoiadores se fortaleceu ao fortalecer as redes, as redes se

fortaleceram em sua atuação de fortalecimento dos coletivos, e os grupos de jovens, por sua vez, tiveram oportunidade de agir no fortalecimento de suas comunidades. Processos de fortalecimento encadeados uns nos outros, possíveis somente porque o programa foi idealizado em rede.

Acompanhe a seguir essa história: veja como o alto comprometimento dos jovens com suas causas e o apoio dado pelas redes e pelos apoiadores fez com que as dificuldades fossem superadas e os projetos atingissem público numeroso. Os contratempos e mesmo os casos em que os objetivos não foram atingidos revelaram-se preciosos aprendizados para todos os envolvidos: coletivos, redes e apoiadores.

Juventude Ayahuasqueira Porta do Sol

FUNDO INICIATIVA COMUM - parceria entre o Bloco Brasil da RedEAmérica e a Fundação Interamericana (IAF) para implementar projetos de desenvolvimento de base.

DESENVOLVIMENTO DE BASE - desenvolver a capacidade dos grupos e organizações das populações de baixa renda de se autoconvocar, definir coletivamente suas necessidades, identificar alternativas de ação viáveis para superação de problemas, formular e executar projetos e participar ativamente da construção de sociedades democráticas.

COLETIVOS DE JOVENS - grupos organizados de jovens, não necessariamente formalizados juridicamente, com atividades direcionadas a objetivos comuns.

REDES DE COLETIVOS - sistemas de interligação entre vários coletivos juvenis, que fazem intercâmbio de informações, experiências e ideias em torno de objetivos comuns, aumentando a visibilidade e influência de suas ações.

A BASE NA JUVENTUDE

Por que fortalecer os jovens?

O Fundo Iniciativa Comum está focado na juventude: o edital de convocação dos coletivos estabeleceu que os seus integrantes deveriam ter entre 12 e 32 anos. O motivo dessa escolha é o seguinte: não pode haver desenvolvimento sustentável em longo prazo sem que haja gente capacitada para participação e governança.

Formar o jovem para lutar por seus direitos é, portanto, uma estratégia essencial no desenvolvimento de base: significa cultivar os recursos humanos necessários para a consolidação da democracia. Significa reconhecer e colocar o jovem na posição de protagonista de seus direitos, de seu futuro.

As instituições que formam o Bloco Brasil já tinham percebido, nas regiões onde atuam, que havia uma certa dificuldade de renovação das lideranças comunitárias, e que era bem difícil fazer contato direto especialmente com os grupos jovens nesses territórios. Isso acontecia porque os jovens não se interessavam pelos espaços que eram estabelecidos por adultos. O discurso “adulto” não atingia o público jovem. Assim foi que surgiu a motivação inicial para se trabalhar com o universo jovem no programa Iniciativa Comum.

A Iniciativa Comum entende que, ao mesmo tempo que têm talentos e competências para serem os agentes de mudanças sociais, muitos jovens permanecem afastados dos espaços de discussão e governança participativa nos locais onde moram. Instituições colocam obstáculos à sua participação. E, quando conseguem formar coletivos em prol de um objetivo comum, os jovens agem sem articulação e sem organização dos poucos recursos que têm. Suas causas ficam perdidas num horizonte distante.

Quando, por outro lado, os organismos apoiadores fornecem ferramentas para que o jovem organize sua luta, fica plantada uma semente de cidadania que, se não floresce imediatamente, pode germinar adiante, em condições mais favoráveis, pois o cidadão está formado. O desenho do programa foi feito pensando na capacidade dos jovens de se organizarem, quando apoiados e sensibilizados para o papel transformador que podem exercer.

A Iniciativa Comum, portanto, não se limita à consulta sobre a opinião dos coletivos: além de ouvidos a respeito de suas realidades e problemas locais e convocados a tomar decisões, os grupos foram encarregados de fazer as coisas acontecerem, de colocar suas ideias em prática. Literalmente, de organizar os eventos, os seminários, as oficinas e as atividades que tinham a ver com suas causas. Audaciosamente, a Iniciativa Comum delegou poderes aos jovens. Seu modo de operar se assentava na convicção da capacidade deles.

A Iniciativa Comum propôs uma solução inovadora para a dificuldade de localizar e contatar esses potenciais jovens parceiros: buscar redes de coletivos que já tinham acesso aos jovens e, assim, ganhar capilaridade nos territórios. Ao chamar as redes para apresentar projetos de fortalecimento de coletivos juvenis, a Iniciativa Comum também ajudou a catalisar ou concretizar processos de desenvolvimento que já estavam em andamento: já havia os grupos, já existiam as redes, mas todos tinham dificuldade de se articular. As iniciativas que foram projetadas por eles, com baixo custo, fizeram surgir novas

ligações entre eles, nova troca de experiências e novos aprendizados. Forte comprometimento com as causas locais já existia, o que faltava era capacitação para o trabalho sistematizado e melhor aproveitamento das ferramentas de rede. Com a Iniciativa Comum, as redes se tornaram planejadoras, gestoras, executoras e avaliadoras do processo: criaram métodos de trabalho, apoiaram outros agentes, monitoraram o trabalho de outros.

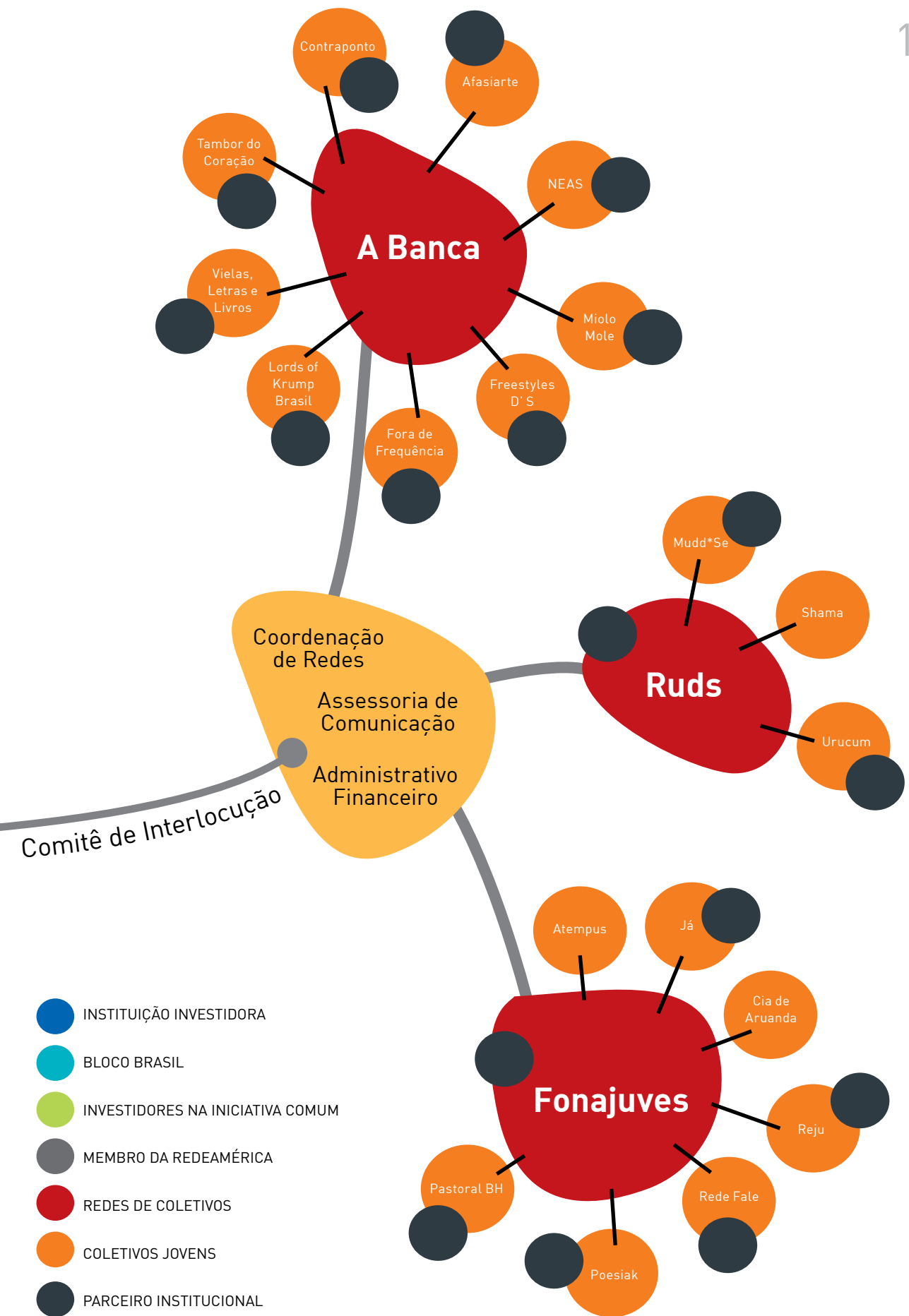
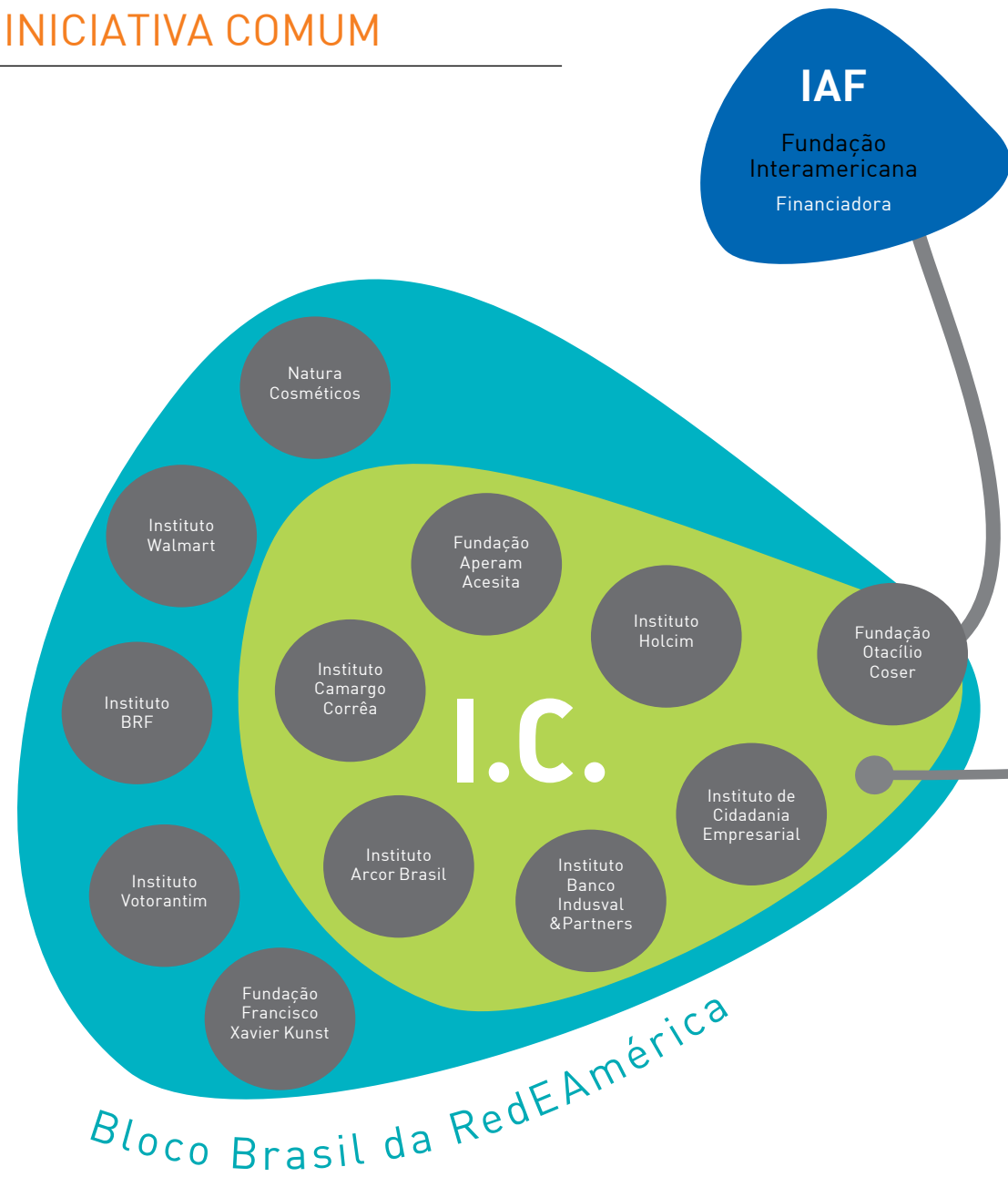
OS TEMAS

Propositalmente, o edital da Iniciativa Comum não limitou ou definiu previamente os temas a serem trabalhados pelos coletivos jovens. As únicas restrições eram de caráter legal – por exemplo, os projetos não poderiam fazer apologia ao uso de drogas – ou regras das instituições envolvidas no convênio do fundo – os projetos não poderiam ter fins lucrativos ou ligação a partidos políticos. As causas defendidas pelos coletivos juvenis em seus projetos em rodas de leitura, exposições de filmes, atividades de teatro, dança, música, educação, artesanato, artes visuais foram realmente bem variadas:

- ▶ intervenção urbana
- ▶ empreendedorismo cultural
- ▶ desigualdade social
- ▶ políticas públicas para a juventude
- ▶ direitos juvenis
- ▶ sustentabilidade ambiental
- ▶ diversidade sexual
- ▶ cultura de paz
- ▶ combate à violência
- ▶ tolerância religiosa
- ▶ políticas de comunicação
- ▶ formação profissional
- ▶ cultura indígena



ARQUITETURA INSTITUCIONAL DA INICIATIVA COMUM



O DESAFIO DA REDE

Por que fortalecer as redes?

Uma banda de hip hop na zona Sul da cidade de São Paulo, um grupo de dançarinos do break na zona Norte, grafiteiros que atuam no centro da cidade mais populosa do Brasil. O que eles têm em comum? A Banca, um grupo que atua focado no hip hop e que funcionou como rede de coletivos juvenis na Iniciativa Comum. Um grupo da Pastoral da Juventude de Belo Horizonte, um coletivo de estudos xamânicos que trabalha o intercâmbio com a etnia indígena, outro que produz poesia sobre ocupação urbana. O que eles têm em comum? A rede Fonajuves, que atua estimulando a participação juvenil em políticas públicas. Três coletivos atuando pela causa da diversidade sexual em cidades diferentes de Minas Gerais. Entre eles, a Ruds-MG, rede de coletivos atuando pela formação de grupos universitários de diversidade sexual e para propiciar seu fortalecimento.

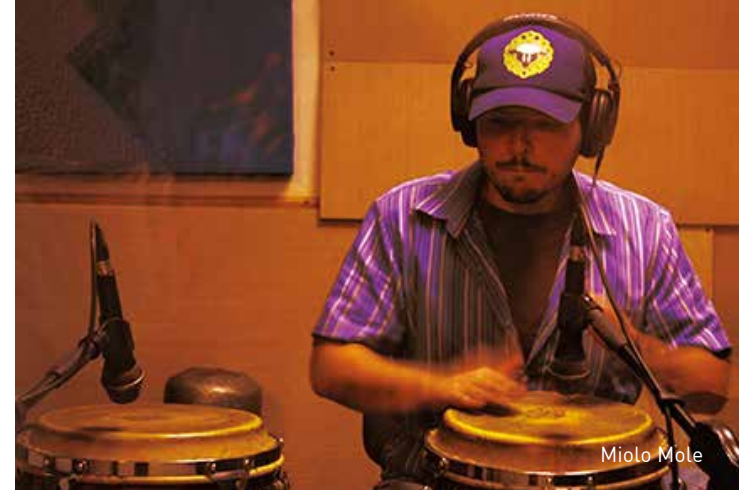
Reunir coletivos diferentes e geograficamente dispersos como esses só é possível quando estão conectados em redes. A Iniciativa Comum partia da premissa de que, fortalecendo as redes, os coletivos com possibilidade de atuação sustentável encontrariam mais oportunidades de trocar informações e conhecimentos e unir forças. Assim, o programa já considerava a força presente naturalmente nesse tipo de organização.

As redes oferecem maior visibilidade e influência para as lutas individuais dos coletivos. Permitem atrair outros coletivos para essas experiências ou mesmo influenciar a formação de novos coletivos localmente. Uma vez que se sentem fazendo parte da rede, podem se beneficiar dos aprendizados já consolidados por outros e se fortalecer.

A lógica da rede foi adotada na Iniciativa Comum porque a ação em rede promove autonomia, a capacidade de atrair associados, aumenta a coesão entre os grupos, estimula a participação e luta política e torna mais fácil a disseminação de conhecimentos entre os agentes. Essas ideias eram pressupostos do desenho do programa, mas o resultado final mostrou que a lógica da rede é realmente preciosa no desenvolvimento de base: funciona, produz ganhos de escala, promove a diversidade, empodera e amplia muito o alcance das intervenções sociais.



Lords of Krump



Miolo Mole



Encontro final Iniciativa Comum



Encontro final Iniciativa Comum



Encontro final Iniciativa Comum

Reunir coletivos diferentes e geograficamente dispersos como esses só é possível quando estão inscritos em redes.



Juventude Ayahuasqueira Porta do Sol



Encontro final Iniciativa Comum

AS REGRAS DO JOGO

Capacitar para atuar

O desafio de implementar um fundo de apoio a jovens espalhados por vários estados do Brasil, com projetos dos mais variados temas e ainda dando a eles autonomia para trabalhar exigiria, mais do que coragem, um método de trabalho cuidadosamente desenhado. Afinal, o Iniciativa Comum precisaria oferecer aos jovens ao mesmo tempo capacitação e liberdade para atuar e ainda teria de monitorar o andamento dos processos. A maneira de fazer isso? Com planejamento detalhado.

O plano era apoiar, de uma só vez, os coletivos e as redes. Para que isso fosse possível, as regras da participação de todos precisavam ser bem preparadas e divulgadas. Primeiro, as redes foram convocadas através de um edital que foi publicado com todas as normas do programa. As redes interessadas em participar se inscreviam e somente as que estivessem aptas, de acordo com os critérios de seleção, seriam aprovadas.

As redes deveriam ter certas características para poderem participar da Iniciativa Comum: tinham de mostrar que eram geridas de forma democrática, incentivando a participação de beneficiários. Deveriam também ser capazes de fazer parcerias com agentes externos para viabilizar os projetos (nada de permanecer em isolamento!). Por fim, as redes deveriam incentivar seus membros a tomarem parte de fóruns da sociedade democrática, ou seja, participar de alguma maneira de debates públicos sobre questões da vida dos jovens.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS REDES PARA A INICIATIVA COMUM

A Comissão de Seleção da Iniciativa Comum, formada por especialistas no tema da juventude e por consultores da RedEAmérica, estabeleceu critérios para escolher as redes que participariam do Fundo, a partir dos objetivos da ação e das restrições da IAF e dos membros. São eles:

- ▶ ser organização constituída oficialmente, com CNPJ, ou que pudesse estabelecer parceria com outra instituição para recebimento dos recursos
- ▶ estar com a documentação fiscal, contábil e estatutária em dia
- ▶ atuar na região Sudeste brasileira
- ▶ ter sido fundada ou ser constituída e gerida por jovens
- ▶ ter sido fundada para ser durável, e não somente para um único projeto
- ▶ atuar em prol do desenvolvimento de base das comunidades e ter experiência em projetos nos temas do projeto
- ▶ não se associar nem ter atividade política partidária
- ▶ não ter vínculo com membros da Comissão de Seleção
- ▶ preferencialmente, ter experiência em administração de recursos e prestação de contas.

Uma vez selecionadas, as redes deveriam escrever seus próprios “subeditais”, descrevendo as regras e critérios para participação dos grupos de jovens em seus projetos. Exigir das redes que concebessem as normas de seus projetos e redigissem seus próprios documentos de convocação dos coletivos jovens foi uma inovação metodológica importante da Iniciativa Comum, pois isso fazia com que elas sistematizassem seu trabalho, que criassem métodos. As redes puderam fazer ajustes em seus projetos com a ajuda recebida numa oficina, realizada em maio de 2011, para capacitação sobre desenvolvimento de base, princípios do trabalho em rede e procedimentos administrativos de acompanhamento dos projetos dos coletivos.

Essa capacitação revelou-se importante, porque as regras do programa também estabeleciam que as redes teriam de acompanhar a maneira como os coletivos iriam gerir os recursos recebidos do **Fundo Iniciativa Comum**. O investimento previsto foi de **R\$ 34.800,00 por rede** selecionada e mais um valor por coletivo participante, que podia variar entre R\$ 1.750,00 a R\$ 8.000,00. O valor a ser destinado pela rede a cada coletivo dependia da área onde estava localizado, do projeto de cada grupo e da escolha da rede por beneficiar mais coletivos com valores menores ou um número reduzido de coletivos com valores maiores. Como é que os coletivos iam usar esse dinheiro? Isso precisaria ser acompanhado pela rede e informado à Iniciativa

Comum. Havia ainda outra regra: cada rede poderia destinar até R\$ 53.000,00 aos coletivos que selecionasse em conjunto, mas a maior parte desse dinheiro deveria ser investido em projetos desenvolvidos nas **áreas consideradas prioritárias** pelo Bloco Brasil da RedEAmérica — no máximo R\$ 12.000,00 poderia seguir para áreas não prioritárias. Assim, as redes tiveram de ser flexíveis para selecionar projetos que nem sempre estavam nas suas áreas favoritas de atuação, e ser capazes de mobilizar e se relacionar bem com os coletivos dessas regiões.

As definições que levaram ao desenho do edital e ao detalhamento das etapas da Iniciativa Comum foram mediadas por Tania de Falco do INCIDE, cuja equipe acompanhou todo o processo até o final.

O Fundo Iniciativa Comum recebeu parte de seus recursos financeiros pelo Convênio BR 812 firmado entre a Fundação Interamericana (IAF) e a Fundação Otacílio Coser (FOCO). Outros membros do Bloco Brasil da RedEAmérica, que aderiram ao convênio para participar da Iniciativa Comum aportaram recursos equivalentes ao da FOCO. O dinheiro foi investido nos projetos das redes, nos projetos dos coletivos, na gestão do programa Iniciativa Comum e em atividades de fortalecimento institucionais das redes e dos coletivos.

Do montante de R\$ 34.800,00 recebido por rede (para despesas com o subedital, tais como pessoal, equipamentos, comunicações, transporte, alimentação, hospedagens etc.), até 30% (R\$ 10.440,00) poderiam ser usados para financiar atividades de fortalecimento institucional, não necessariamente ligadas diretamente ao subedital, que ajudassem a ampliar suas capacidades coletivas, de associação, de participação em políticas públicas ou de combate à pobreza:

- ▶ atividades de planejamento, monitoramento e sistematização
- ▶ congressos e seminários
- ▶ serviços de gestão e administração de recursos
- ▶ divulgação de informações
- ▶ atividades de interação com outros associados
- ▶ promoção ao voluntariado
- ▶ atividades de cooperação com outras organizações
- ▶ promoção de valores democráticos e participação em formulação de políticas públicas
- ▶ atividades de promoção à educação, acesso à saúde, moradia e renda
- ▶ atividades de promoção ao sentido de identidade cultural regional.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR REDE



ÁREAS PRIORITÁRIAS DA INICIATIVA COMUM

As áreas às quais a Iniciativa Comum deu prioridade de ação são as regiões onde os investidores do Bloco Brasil mantêm seus programas de ação social. No entanto, áreas não prioritárias também foram apoiadas com recursos compostos de doações da Fundação Interamericana (IAF) e receita financeira do fundo.

Área Prioritária 1

Cariacica, Guarapari, Serra, Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo; e Barueri, São Bernardo do Campo e São Paulo, em São Paulo.

Área Prioritária 2

Timóteo e Marliéria, em Minas Gerais.

Área Prioritária 3

Santa Isabel, em São Paulo.

Área Prioritária 4

Mairiporã e Sorocaba, em São Paulo; Barroso e Pedro Leopoldo, em Minas Gerais; Serra, no Espírito Santo; e Cordeiro, Macuco e Cantagalo, no Rio de Janeiro.

Área Prioritária 5

Rio das Pedras, Piracicaba, Campinas, Bragança Paulista, em São Paulo; e Contagem, em Minas Gerais.

Área Prioritária 6

São Paulo e Campinas, em São Paulo; e Belo Horizonte e Uberlândia, em Minas Gerais.

Em 2006, a primeira edição da Iniciativa Comum apoiou seis projetos de desenvolvimento de base. O relato desta publicação se refere à segunda edição da Iniciativa Comum, realizada entre 2010 e 2013, em que o desenvolvimento de base foi trabalhado com foco na juventude e utilizando a arquitetura em rede: organizações juvenis apoiadas por outras organizações juvenis.

Depois de escrever o edital, as redes teriam de mobilizar os coletivos para participar, de maneira que recebessem um número significativo de inscrições, e pudessem selecionar as melhores propostas. Após fazer a escolha e divulgar o resultado da seleção, as redes deveriam dar apoio aos grupos jovens para que se organizassem e conseguissem estabelecer parcerias que permitissem a contratação pela RedEAmérica e o recebimento do dinheiro. Esses coletivos selecionados receberiam capacitação sobre desenvolvimento de base, para alinhamento de seus projetos aos objetivos da Iniciativa Comum. A capacitação poderia ser organizada pela rede de forma presencial ou virtual.

Cada rede poderia dividir o montante máximo destinado a ela entre 3 e 10 coletivos. O repasse do dinheiro para as redes precisaria ser feito por intermédio de uma instituição que fosse regularmente constituída, ou seja, que tivesse um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Quando a própria rede não estivesse oficializada, uma associação parceira se responsabilizaria por receber e transmitir os recursos através de uma carta de intenção. O mesmo valia para os coletivos: para esses pequenos grupos de jovens receberem o dinheiro necessário para seus projetos, eles teriam que pedir ajuda de parceiros legalmente constituídos.

Uma das regras importantes estabelecidas pela Iniciativa Comum é que as redes deveriam acompanhar o trabalho dos coletivos, ajudando na sua articulação com outros coletivos e redes e no seu fortalecimento. A rede deveria, portanto, dar acesso de uns ao trabalho de outros, de maneira que pudesse acontecer uma troca de vivências e soluções para os problemas locais. Funcionar, realmente, como rede, ligando pontos. O objetivo não era simplesmente o de fornecer dinheiro via rede, mas de exigir da rede uma coparticipação nos projetos.

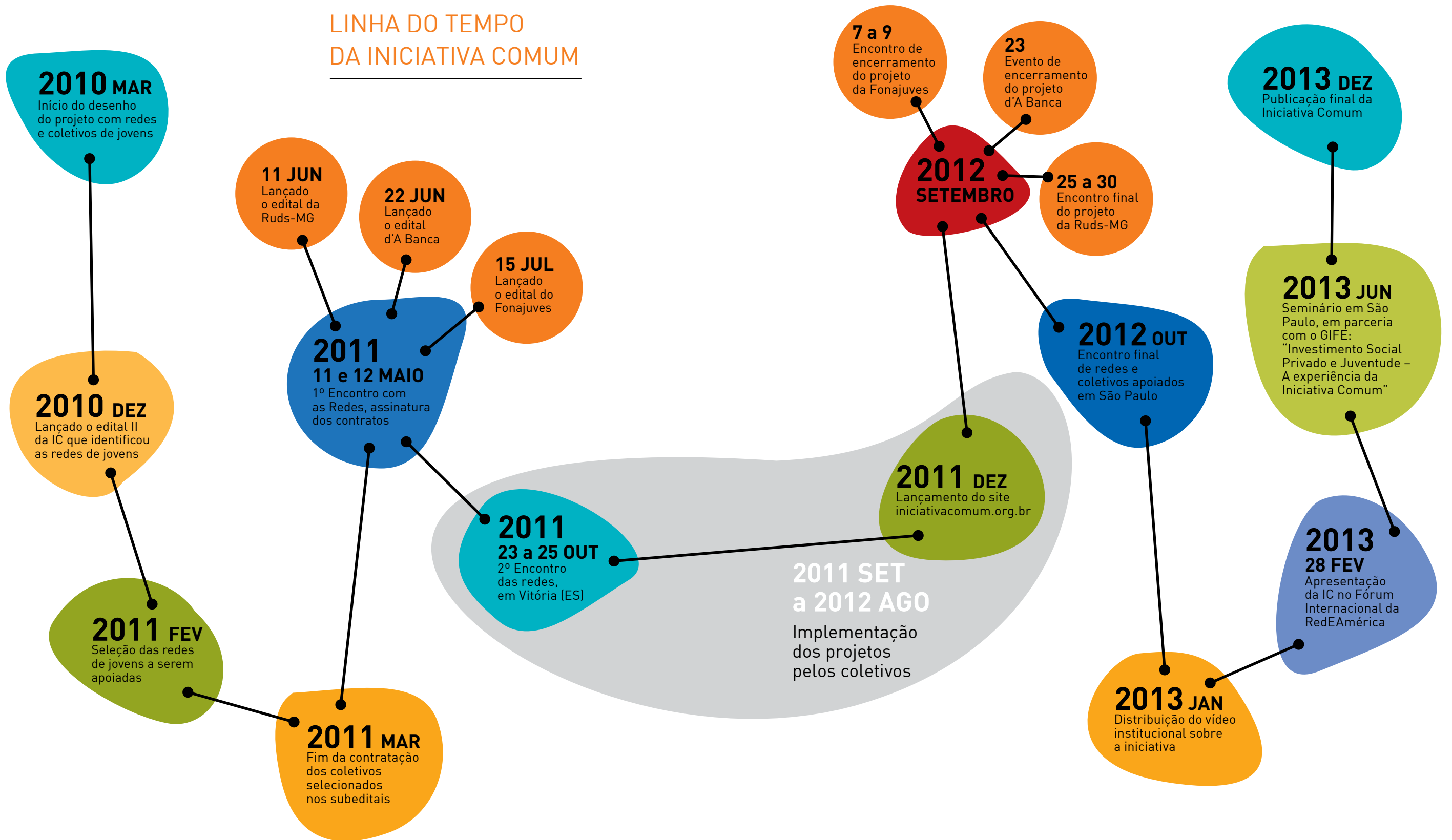
A responsabilidade das redes não parava por aí: monitorar o trabalho dos coletivos era condição essencial para participação na Iniciativa Comum. Isso significa que as redes precisariam, primeiro, coletar os dados sobre a situação inicial dos grupos de jovens, depois verificar quais eram as atividades que eles pretendiam realizar, propondo ajustes quando necessário e, por último, exigir e avaliar o relatório final e a prestação de contas. Cobrar. A rede, com isso, aprenderia a desenvolver e monitorar projetos.

Por fim, na lista de tarefas constava que a rede deveria organizar pelo menos um encontro presencial com os coletivos selecionados,

entre julho e dezembro de 2011. O encontro serviria para atividades de capacitação, acompanhamento dos projetos e avaliação. Como se verá adiante, cada rede acabou usando um método diferente para mobilizar e para realizar o monitoramento dos trabalhos dos coletivos. Verificar se, como e quando os projetos estavam sendo realizados pelos grupos de jovens em suas localidades, significava exercer a sua capacidade de rede, de união dos grupos para atingir o objetivo comum. Significava facilitar o investimento em iniciativas pequenas e pulverizadas no espaço, e também garantir que todas elas fossem efetivamente realizadas, sem desperdício. Um desafio muito peculiar da Iniciativa Comum.



**LINHA DO TEMPO
DA INICIATIVA COMUM**



BOLA ROLANDO

Avanços e obstáculos

Depois que o juiz apita o início da partida e a bola começa a rolar, muita coisa nova acontece no meio de campo e nada é totalmente previsível. Da mesma forma, num programa como a Iniciativa Comum, tenta-se ao máximo prever o que pode ocorrer, estabelecendo as regras do jogo por meio dos editais de convocação... mas, depois que os trabalhos começam, a história que se desenrola pode trazer várias surpresas, obstáculos e desafios que representam preciosas oportunidades de aprendizado para todos.

O trabalho da Iniciativa Comum teve início com a seleção das redes participantes, o que foi feito com a ajuda de dois especialistas em projetos ligados à juventude: Mafoane Odara, da Ashoka, e Rui Mesquita Cordeiro, da Fundação W.K. Kellogg. Durante o período de inscrições, até 31 de janeiro de 2011, foram recebidas nada menos que 11 propostas de redes, das quais foram selecionadas 3: A Banca, o Fonajuves (Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis) e a Ruds-MG (Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais). Assim que esse resultado foi divulgado, as redes foram contatadas para que pudesse ser feito o repasse dos recursos e se iniciassem os trabalhos.

Em 11 e 12 de maio de 2011, ocorreu então a primeira Oficina de Formação das Redes de Jovens, em São Paulo. Dez representantes das três redes compareceram e receberam os contratos para assinatura. Nesse momento, ficou claro que os trâmites administrativos e burocráticos do programa eram um grande desafio para as redes, que não estavam familiarizadas com esse tipo de procedimento. Contudo, o encontro serviu para que as redes se conhecessem e iniciassem a interlocução com a equipe da Iniciativa Comum.

As redes já tinham feito esboços de seus “subeditais” e iniciado seus planos de monitoramento dos trabalhos dos coletivos, mas não conseguiram sair desse evento de maio com os documentos prontos: isso só foi conseguido 15 dias depois, após grande esforço e dedicação, quando terminaram de fazer ajustes em seus regulamentos. A principal dificuldade foi encontrar um ponto de equilíbrio no nível de exigência imposto aos coletivos. A rede Ruds foi capaz

de descrever claramente esse desafio no seu relatório: “definir uma quantidade grande de pré-requisitos impede o acesso [dos] grupos ao edital (...). Ao mesmo tempo, não ter nenhum pré-requisito amplia as chances de seleção de grupos falsos ou sem capacidade de realizar o proposto”, explicou. De fato, as redes lidariam com pequenos grupos de jovens, mais ou menos formalizados em suas comunidades, comprometidos com suas causas, mas que poderiam precisar de muita capacitação para conseguirem levar adiante projetos, do início ao fim.

A Ruds-MG conseguiu lançar seu edital em 1 de junho de 2011 e A Banca, em 22 de junho. Porém, o Fonajuves encontrou maiores dificuldades de se adequar aos critérios da Iniciativa Comum, pois pretendia selecionar coletivos de dois municípios do Rio de Janeiro onde a organização gestora do seu projeto, o Instituto Imagem e Cidadania, tem sede. Por isso, foi necessário solicitar ajustes nos critérios desse edital, para que as oportunidades de participação dos coletivos fossem mais bem distribuídas geograficamente e de acordo com a Iniciativa Comum. Portanto, o Fonajuves só conseguiu lançar seu subedital em 15 de julho de 2011.

Regras dos subeditais das redes para os coletivos

RUDS* - A rede Ruds tinha como meta possibilitar o aparecimento de novos coletivos universitários trabalhando em defesa da diversidade sexual. O texto trazia definições importantes para que os jovens pudessem ter uma base comum: desenvolvimento de base, homofobia, lesbofobia, transfobia, o acrônimo LGBT etc. Por ser uma rede universitária, os projetos deviam realizar-se durante o período letivo. O documento informava sobre os critérios de seleção dos coletivos, o valor dos recursos que seriam aportados em cada projeto e o cronograma de execução, tudo em linguagem informal e acessível.

<http://remigudds.files.wordpress.com/2011/06/sub-editalremigudds-final.pdf>

A BANCA - O objetivo d’A Banca era apoiar coletivos que usassem o hip hop na mobilização comunitária, em projetos com DJ, MC, grafite e break. O edital d’A Banca, além de estabelecer os critérios de seleção dos grupos, informava sobre como os coletivos deveriam elaborar seus projetos, divulgá-los e prever o orçamento, fazendo prestação de contas. Assim, o subedital d’A Banca era uma peça de orientação importante para os coletivos. O documento levou o título de “Hip Hop Conectando Quebradas”.

<https://workspaces.acrobat.com/app.html#d=zctBlely4JEtZTcBMpAoPA/>

FONAJUVES - O foco do subedital do Fonajuves era o estímulo à participação juvenil para garantia de direitos dos jovens. Este subedital também tinha um título: “Teias Jovens”. Trazia os critérios de seleção dos projetos, mas não apresentava o Fonajuves. Orientava os candidatos a solicitarem por e-mail o formulário para fazerem inscrição.

<http://imagemcidadania.blogspot.ca/2011/07/edital-teias-jovens.html>

* A Ruds, inicialmente, chamava-se Remigudds (Rede Mineira de Grupos Universitários em Defesa da Diversidade Sexual).

A escolha dos jogadores

Cada rede, então, usou diferentes ferramentas para convocar os grupos a submeterem seus projetos: e-mails, mídias sociais, contatos pessoais com agentes locais, cartazes impressos dispostos nos espaços de eventos. Houve expectativa de que a imprensa tradicional contribuísse na divulgação da seleção dos projetos, mas essa ajuda não veio. As redes tiveram dificuldade de identificar coletivos alinhados com suas causas, principalmente em cidades diferentes daquelas onde estavam sediadas, por isso, nessa fase, o trabalho envolvia realmente a capacidade de articulação política. Os recursos limitados para locomoção e mobilização in loco também dificultaram o processo. Ainda assim, todas as redes receberam grande quantidade de propostas.

A Ruds, que lançou seu subedital antes das outras redes, recebeu 7 projetos. A Banca recebeu 19 inscrições de coletivos, bem acima do que esperava. O Fonajuves, que prorrogou seu prazo de inscrição em uma semana, recebeu a maior quantidade de projetos: 33. As redes verificaram que muitos coletivos atuantes não puderam se inscrever, porque não eram formalizados, não tinham documentação necessária

provando que seriam capazes de tocar os projetos. Assim, ainda que o número de inscrições tenha sido expressivo, muita gente ficou de fora devido à informalidade e, portanto, nem puderam ter seus projetos analisados.

Recebidas as inscrições, foi então preciso selecionar os coletivos que atendiam os critérios da Iniciativa Comum e dos subeditais e provavam que tinham condições de levar os projetos adiante. Ruds-MG e A Banca buscaram ajuda de organizações parceiras para escolher os coletivos, enquanto Fonajuves tinha um comitê de seleção formado exclusivamente por integrantes da própria rede. Por fim, Ruds selecionou os 7 projetos inscritos, A Banca aprovou 10 e o Fonajuves, 8; e não houve caso de recurso à decisão das redes. Assim, dos 59 projetos inscritos, 25 coletivos foram considerados aptos a participar da Iniciativa Comum.

Depois da seleção, ainda foram necessários ajustes, solicitados diretamente aos coletivos. Em dois casos, foi preciso encaixar as propostas às definições, que estavam previamente definidas no edital da Iniciativa Comum, de investir em áreas prioritárias. Ruds e Fonajuves selecionaram coletivos de regiões não prioritárias acima do teto de R\$ 12 mil previstos no edital. Para cumprir as regras do edital, duas soluções diferentes foram aplicadas ao impasse: no caso da Ruds, um projeto que seria desenvolvido em Viçosa foi transferido para Belo Horizonte, o que foi possível porque foram fechadas parcerias entre coletivos das duas cidades. No caso do Fonajuves, a transferência geográfica do projeto não foi possível, e decidiu-se anular a aprovação de um grupo de área não prioritária e selecionar outro de área prioritária para substituí-lo.

Fonajuves havia inicialmente aprovado sete coletivos, conforme previsto em seu edital, mas preferiu destinar valores menores aos sete para poder aprovar o projeto de um oitavo grupo de jovens.

Contratos

Escolhidos os jogadores, era preciso contratá-los para jogar. E isso não foi nada fácil. O edital da Iniciativa Comum previa que, como os coletivos de jovens geralmente não são pessoas jurídicas (ou seja, empresas ou organizações não governamentais instituídas oficialmente), precisavam fazer parcerias com outras organizações que pudessem receber e repassar-lhes o dinheiro dos projetos. Nessas tratativas, foram consumidos oito meses de trabalho.

A documentação necessária para se firmar o contrato entre a Fundação Otacilio Coser (FOCO), representando a RedEAmérica, e a organização parceira não era extensa, mas a entrega correta dos papéis, a assinatura dos con-

“Algumas instituições só se deram conta da corresponsabilidade com seus projetos e coletivos apoiados depois do resultado da seleção e quando foi solicitada toda a documentação”.

A Banca

tratos e dos recibos dos repasses realizados para os 25 coletivos selecionados tomou tanto tempo – com devoluções e novas entregas de cópias, orientação às organizações parceiras quanto a alternativas –, que obrigou a uma reformulação do cronograma que estava previsto no edital da Iniciativa Comum. O final da contratação deveria ter ocorrido em agosto de 2011, para que os coletivos tivessem tempo de implementar seus projetos. Mas em fevereiro de 2012, somente 13 coletivos (2 da Ruds, 7 d’A Banca e 4 do Fonajuves) dos 25 selecio-

nados já tinham seus recursos depositados em conta. Dos 12 restantes, 5 estavam atrasados no envio da documentação (2 da Ruds, 1 d’A Banca e 2 do Fonajuves), 5 já haviam enviado, mas os documentos ainda não haviam sido processados (3 da Ruds e 2 do Fonajuves) e 2 estavam na fase final de contratação (ambos d’A Banca). Duas extensões de prazos foram concedidas e o repasse final de recursos ocorreu, para dois coletivos do Fonajuves, em 30 de março de 2012.

Devido a essas dificuldades na obtenção dos documentos ou de informações simples, como número correto de conta bancária, cinco coletivos de jovens não conseguiram permanecer na Iniciativa Comum, quatro da Ruds e um d’A Banca. Assim, dos 25 coletivos inicialmente selecionados, 20 tiveram oportunidade de receber seus recursos e implementar seus projetos. Um coletivo desistiu do processo mais adiante, de maneira que a Iniciativa Comum concluiu com apoio a 19 grupos de jovens.

Documentação da instituição parceira necessária para contratação do coletivo:

- ▶ estatuto social
- ▶ ata de eleição dos representantes legais
- ▶ certidão negativa de débito junto ao FGTS
- ▶ certidão negativa de débito junto ao INSS
- ▶ cópia do CNPJ

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social); CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Gerir, monitorar, avaliar

Finalmente a bola começou a rolar em campo. Os coletivos foram selecionados e os projetos começaram a ser desenvolvidos e monitorados pelas três redes. Estava previsto que as redes é que cuidariam e se comunicariam diretamente com os coletivos, e que realizariam pelo menos um encontro presencial com eles. As redes tinham de apoiar os grupos jovens no planejamento e na execução de seus projetos; por exemplo, ajudando a elaborar material de divulgação, articulando contatos entre diferentes coletivos, verificando a adequação aos princípios do desenvolvimento de base. Elas é que deveriam gerir o trabalho dos coletivos.

Nesse trabalho de gerenciamento – redes gerenciando coletivos e Iniciativa Comum gerenciando as redes – três níveis de comunicação precisavam funcionar muito bem: o primeiro era o diálogo entre a Iniciativa Comum e as redes, que se pode chamar de “comunicação interna”. O segundo era entre as redes e os coletivos. O terceiro era entre os coletivos e a comunidade, ou seja, as vias com as quais os grupos de jovens conseguiam conversar com seu público para divulgar as ações

que estavam previstas e depois relatar os resultados do trabalho.

Para o primeiro nível de comunicação, entre os gestores da Iniciativa Comum e as redes, foram previstos encontros presenciais, além do acompanhamento a distância usando telefone, e-mails e teleconferência. No primeiro encontro das redes, realizado em maio de 2011, elas debateram sobre quais os resultados que desejavam obter com a implementação dos projetos, e chegaram a um conjunto de indicadores do sucesso, ou seja, do fortalecimento dos coletivos juvenis e das próprias redes. Esses indicadores foram inseridos num “plano de monitoramento”, que previa a aplicação de questionários e relatórios técnicos. Assim, os critérios para avaliação do trabalho das redes e dos coletivos foram estabelecidos coletivamente, logo no início da realização da Iniciativa Comum.



Contraponto

Ao terminar a contratação dos coletivos e iniciar a fase de implementação dos projetos, decidiu-se realizar um segundo encontro de redes, que não estava previsto inicialmente, e que aconteceu em outubro de 2011 em Vitória. Dessa vez, participaram cinco representantes da Ruds, três d'A Banca e três do Fonajuves. Era a hora de dar apoio técnico e administrativo ao trabalho de gestão das redes, para que conseguissem acompanhar a implementação dos projetos pelos coletivos. Afinal, somente A Banca tinha experiência de ser apoiada com recursos vinculados a projeto; Ruds e Fonajuves jamais haviam recebido financiamento externo com obrigação de gerir e prestar contas. Era o momento de aprender a pensar em suas organizações de forma sustentável, e de se capacitarem para escrever projetos com bom planejamento para obtenção de outros financiamentos no futuro.

PROCEDIMENTO	CRONOGRAMA ORIGINAL	PRIMEIRA EXTENSÃO*	SEGUNDA EXTENSÃO**
Contratação e capacitação dos coletivos	agosto de 2011	janeiro de 2012	30 de março de 2012
Implementação dos projetos dos coletivos	setembro de 2011 a fevereiro de 2012	setembro de 2011 a 15 de junho de 2012	setembro de 2011 a agosto de 2012
Encerramento dos projetos pelas redes	março e abril de 2012	junho de 2012	agosto de 2012
Encontro final para avaliação	abril de 2012	início de julho de 2012	setembro de 2012
Entrega de relatório final pelas redes	abril de 2012	15 de agosto de 2012	15 de setembro de 2012

* primeira extensão ocorreu em final de 2011

** segundo adiamento, definitivo, ocorreu em fevereiro de 2012

autonomia

Esse segundo encontro foi importante para que os integrantes das redes se conhecessem melhor, para que estreitassem o relacionamento com o Bloco Brasil da RedEAmérica e IAF e para que esclarecessem dúvidas a respeito do que havia sido feito até então e sobre a maneira de trabalhar de cada rede. Era um momento crítico, em que todos haviam vivenciado muitas dificuldades na contratação dos coletivos, muitos atrasos e muito desgaste. Havia a necessidade de aparar as arestas antes que os coletivos comessem a colocar a mão na massa.

Essa reunião também serviu para que todos pudessem avaliar o projeto do site da Iniciativa Comum e fornecessem informações sobre as redes e os projetos dos coletivos para serem publicados ali. O site (iniciativacomum.org.br) foi oficialmente lançado dois meses depois, em dezembro de 2011. Trouxe descrição das redes, dos projetos e era alimentado com notícias sobre os encontros e eventos realizados pelos coletivos.

No segundo encontro, também ficou decidido que seria criado um grupo de discussão ou lista de e-mails (tipo e-group) da Iniciativa Comum, para comunicação entre consultores, redes e coletivos. Porém, esse canal teve utilização abaixo das expectativas para jovens, teoricamente “conectados” pela internet. De qualquer maneira, a comunicação interna entre redes e equipe, apesar de ter problemas, funcionou bem durante a realização da Iniciativa Comum. Onde houve realmente problemas de comunicação? No segundo e no terceiro níveis, ou seja, no diálogo entre as redes e os coletivos e na divulgação dos projetos pelos coletivos para a comunidade.

As redes tinham que apresentar à equipe da Iniciativa Comum relatórios periódicos do que estava acontecendo, indicando, por exemplo, se aquele grupo de dançarinos realmente realizou sua oficina de break na data prevista e se houve participação da comunidade, se aquele outro coletivo de universitários conseguiu promover o debate sobre homofobia no campus, ou se foi realizado o seminário sobre violência e extermínio de jovens... Cada projeto precisava ser verificado. Para isso, a comunicação no segundo nível, ou seja, entre redes e coletivos, precisava andar bem.

Surpreendentemente, a internet não foi bem aproveitada no contato entre as redes e os coletivos. Por outro lado, o telefone foi bastante utilizado e as redes se comprometeram a realizar, e de fato conseguiram organizar, reuniões com os grupos: a Ruds, quatro; A Banca, três; e o Fonajuves, dois, pois foi a rede que mais sofreu com a diversidade geográfica (quatro estados diferentes) e de temas entre seus coletivos.

capacidade de incidência
comunicação
democracia
associatividade
coesão

articulação

capacidade técnica

comunicação

legitimidade social

coesão

articulação

As três redes reuniram-se novamente, desta vez contando também com a presença de 14 de seus coletivos, representantes do Bloco Brasil e do Comitê de Interlocução, num terceiro encontro da Iniciativa Comum, realizado entre 30 de setembro e 4 de outubro de 2012. Esta última reunião serviu para avaliar coletivamente a experiência da Iniciativa Comum e trocar conhecimentos. A Ruds promoveu um seminário sobre diversidade sexual; A Banca organizou um debate sobre empreendedorismo cultural e social, promoveu oficinas de DJ, grafite e MC, instalou aparelhagem e realizou festas durante as noites, e o Fonajuves promoveu debate sobre políticas públicas da juventude. A Iniciativa Comum ofereceu oficinas de jogos cooperativos e experimentação em comunicação e tecnologia. Um vídeo sobre a experiência foi gravado durante esses dias e publicado no site da Iniciativa Comum.

Com as revisões de cronograma e ampliações dos prazos, a Iniciativa Comum abriu a possibilidade de um aumento dos valores investidos nas redes. Porém, a liberação desse recurso extra estava condicionada à realização, pelas redes, de um encontro adicional com todos os seus coletivos – uma atividade que não estava prevista no edital originalmente. Esses recursos serviriam para cobrir os gastos adicionais que as redes tiveram por causa dos atrasos nas contratações e extensão geral dos projetos. A Ruds realizou esse evento com duração de uma semana, em Lavras (MG), com a presença de seus três coletivos e outros que foram criados ou aderiram à rede no período. A Banca realizou o seu evento numa praça pública em São Paulo e o Fonajuves, na cidade de Bom Jardim (RJ).

incidência
capacidade técnico-política

Após esse último evento, em que foi intenso o compartilhamento das experiências e aprendizados, chegou uma fase novamente difícil no programa: os relatórios finais das atividades e a prestação de contas. Todos os coletivos e redes se atrasaram na entrega dos relatórios e contas. A assessoria administrativa e financeira teve de interagir intensamente com todos eles, incentivando-os a finalizar seus documentos e escutando suas dificuldades, esclarecendo dúvidas e instruindo sobre como preparar os documentos. Foi necessário muitas vezes que os coletivos se comunicassem diretamente com a Iniciativa Comum, sem intermédio das redes, para melhor compreensão dos procedimentos.

democracia
democracia interna
sustentabilidade
capacidade administrativa-operacional

autonomia

Os relatórios das atividades são registros históricos importantes do projeto, pois trazem as impressões e aprendizados do ponto de vista dos jovens envolvidos. Porém, os coletivos não conseguiram basear seus textos naqueles critérios definidos inicialmente como indicadores do sucesso dos projetos, limitando-se a relatar as ações realizadas e dificuldades enfrentadas. Além disso, os coletivos também tiveram dificuldades no terceiro nível de comunicação, ou seja, na divulgação de suas ações para a comunidade. Apesar de terem sido colocadas à sua disposição ferramentas prontas para isso (sites, blogs, perfis no Twitter e FaceBook), foram pouco utilizadas pelos jovens, que pareciam muito envolvidos com as suas atividades-fim e pouco se preocuparam com a comunicação externa.

Quanto à prestação de contas para a Iniciativa Comum, houve repetidos atrasos e intercorrências na entrega das planilhas e relatórios referentes aos valores investidos. Ainda que o prazo final fosse setembro de 2012, até maio de 2013 duas redes e 10 coletivos ainda não haviam entregado suas prestações de contas. O processo de prestação de contas foi encerrado somente em outubro de 2013, e mesmo assim sem todas as planilhas aprovadas ou mesmo recebidas.

Dois anos e meio depois, finalizado o programa, a Iniciativa Comum apurou a movimentação de R\$ 700 mil, investidos diretamente nas redes e coletivos, nos processos de gestão e monitoramento e nas ações de formação, articulação e comunicação. Foram apoiados 3 redes e 19 coletivos, com parti-

cipação de 14 organizações da sociedade civil que funcionaram como parceiras dos coletivos e das redes. Participaram do programa mais de 300 pessoas, sendo 270 jovens com atividade no desenvolvimento de base e aproximadamente 30 profissionais atuantes nas organizações do Bloco Brasil ou consultores. Os projetos dos coletivos e encontros foram realizados em nove municípios de quatro estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Tinham enorme diversidade de temas, áreas de atuação, abordagens e forma de organização dos grupos. E enorme alcance: estima-se que mais de 5.500 jovens, além dos membros das redes e dos coletivos, tenham participado das atividades promovidas pelos coletivos nas comunidades.

APRENDIZADOS

E novos desafios

As partidas terminaram e chegou a hora de olhar para a performance dos jogadores e os aprendizados no campeonato. Existem algumas maneiras possíveis de avaliar um empreendimento como a Iniciativa Comum: por exemplo, em números, pela quantidade de pessoas atendidas ou beneficiadas, em valores investidos, em porcentagem de satisfação. Por essa ótica, pode-se considerar que a Iniciativa Comum teve enorme sucesso, pois conseguiu atingir muita gente, em muitas localidades, com boa distribuição dos investimentos e em projetos diferentes entre si, porém alinhados com o princípio do desenvolvimento de base e da democracia. Portanto, missão cumprida sob esse ponto de vista.

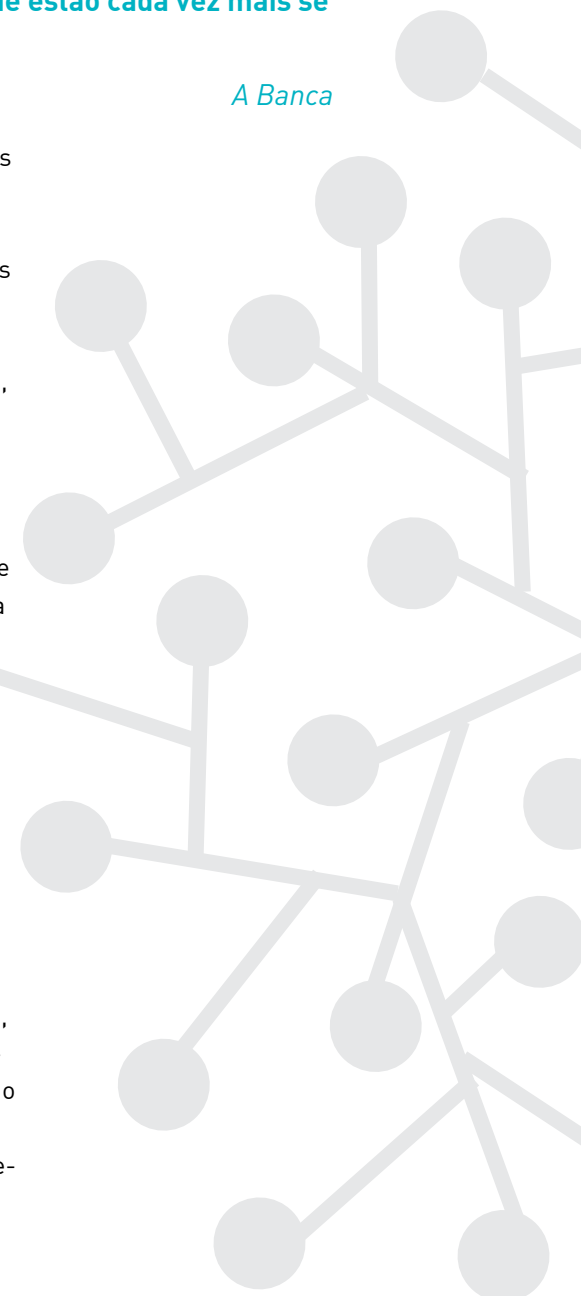
“Se receber os projetos de 17 coletivos já tinha sido muito louco (...), ver os coletivos apresentarem seus projetos nos trouxe uma sensação muito boa, uma certeza de estar participando de algo muito positivo e com real poder de transformação em nossas comunidades. Os fios da rede estão cada vez mais se fortalecendo...”

Outra maneira de avaliar seria observar os relatos dos principais participantes do processo, que são as redes. Embora tivessem definido o que seriam indicadores do fortalecimento de suas redes e coletivos, os jovens envolvidos com a Iniciativa Comum estavam, pela primeira vez, participando de um projeto com financiamento externo e com exigência de produção de relatórios. Consequentemente, tiveram dificuldade de usar aqueles indicadores para descreverem suas experiências. Terminaram por relatar o que foi feito simplesmente, como, quando e com que dificuldades. Mas, ainda que eles não tenham construído uma análise mais aprofundada, baseada naqueles indicadores, seus relatórios mostram que fizeram uma avaliação muito positiva da Iniciativa Comum. Até mesmo o Fonajuves, que teve maior dificuldade em finalizar seus processos de seleção dos coletivos e em entregar seu relatório final, afirmou em seu relatório que as dificuldades foram poucas e que houve harmonia com a Iniciativa Comum.

A Banca

OS NÚMEROS DA INICIATIVA COMUM

- ▶ 3 redes de coletivos jovens e 19 coletivos jovens apoiados
- ▶ coletivos realizaram projetos em 9 municípios de 4 estados brasileiros (ES, MG, RJ e SP)
- ▶ 14 organizações da sociedade civil envolvidas (como parceiras das redes e coletivos)
- ▶ 270 jovens envolvidos em atividades desenvolvidas dentro da IC
- ▶ 30 profissionais envolvidos na operacionalização das atividades da IC
- ▶ alcance total de mais de 5.500 jovens participantes das atividades promovidas pelos coletivos nas comunidades
- ▶ Valor total investido na Iniciativa Comum: R\$ 700 mil



“O segundo encontro passou... e percebemos que ele foi mesmo de **FORMAÇÃO**. Nos formamos, formamos novas interlocuções, formamos um pouco mais a “nossa cara”. Fica a impressão de que formamos também um algo mais, que ainda não tem nome”.

Ruds

Porém, é interessante tentar olhar para os resultados do programa sob a ótica de alguns dos indicadores que os próprios participantes estabeleceram como importantes. Um deles seria a melhoria da capacidade administrativa ou operacional das redes e dos coletivos. Para os representantes das redes, a Iniciativa Comum foi um divisor de águas, um momento de mudança de patamar em sua capacidade de produção e organização. Eles passaram, desde a participação no programa, a se sentir mais maduros para gerenciar e executar projetos, pois a experiência de conceber e executar seus subeditais foi capacitadora. Essa vivência foi identificada por todos como importante para obtenção de financiamentos futuros, o que faz pensar que, ao exigir dos grupos que escrevessem seus projetos, que supervisionassem o andamento deles, que analisassem a experiência em relatórios, a Iniciativa Comum contribuiu para a sustentabilidade das redes, pois capacitou-os a obter recursos de maneira mais organizada.

“A partir dos desdobramentos do sub-edital Teias Jovens do Brasil, [foi] criada a Rede Região Sudeste do Fonajuves, fortalecendo a articulação dos coletivos integrantes deste sub-edital ao Fórum. A Rede Região Sudeste manterá reuniões por meios digitais, como também a realização de um encontro presencial por ano (...), de forma itinerante, (...) nos diferentes Estados da Região Sudeste.”

Fonajuves



Materiais de comunicação produzidos pelos grupos Afasiarte e Contraponto.

“O potencial criativo e transformador do ‘perder o controle da situação’ quando se trata de permitir o desenvolvimento da autonomia dos pares na condução dos projetos e ações.”

Ruds

A autonomia construída a partir da experiência da Iniciativa Comum é também um indicador que poderia ser usado para avaliar os projetos: a autonomia se refere à capacidade dos grupos e redes de determinar os próprios meios de trabalho e de obter recursos financeiros sem precisarem ser tutelados por outras organizações. Sem pedir apadrinhamento. Para a Ruds-MG e para o Fonajuves, a Iniciativa Comum foi a primeira experiência de obtenção de financiamento de projetos por instituições externas. A Banca tinha experiência incipiente com a elaboração de projeto e captação de recursos mas, depois da Iniciativa Comum, pôde submeter seus projetos para serem apoiados por outras instituições, inclusive do Bloco Brasil, e mesmo desenhar novas propostas de longo prazo. As três redes sentiram que sua capacidade de sobrevivência aumentou com a experiência, sendo que, pelo menos, a Ruds-MG pôde também se expandir depois da Iniciativa Comum, abrangendo

mais coletivos. A Banca desenvolveu sua capacidade de se relacionar com investidores da área social e já está colhendo os frutos desse aprendizado.

Dar autonomia para as redes e permitir que as redes dessem aos coletivos liberdade de atuar foi muito desafiador para o Bloco Brasil e para os gestores da Iniciativa Comum, mas fazia parte dos princípios do programa como um todo. Fornecer orientação e capacitação para que os coletivos desenvolvessem seus projetos, ao mesmo tempo em que havia flexibilidade para modificações de cronograma, agenda e até rumos das ações, significou muitas vezes perder o controle sobre o que estava sendo realizado nas comunidades. Significou acompanhar e supervisionar sem conduzir, deliberar ou exigir. Essa perda de controle se revelou positiva: uma força de criação e de construção da própria autonomia dos coletivos e das redes que trouxe frutos para todos. Aprender a

fazer fazendo. Abdicar do controle firme sobre o processo garantiu, no final das contas, que ele fosse efetivamente resultante do trabalho das redes juvenis.

O fortalecimento das redes também pode ser avaliado com base na capacidade técnica e política dos coletivos e redes, ou seja, o nível de conhecimento e competência técnica que teriam para serem capazes de intervir na realidade onde vivem. Saber o que fazer. Nesta perspectiva, a Iniciativa Comum comemora a sua aposta convicta e decidida na capacidade da juventude de transformar a realidade: tanto as redes como os coletivos mostraram, sempre, grande capacidade de atuar em suas comunidades. Os jovens envolvidos com o programa tinham grande domínio dos temas com os quais estavam lidando, seja o universo abordado pelo hip hop, seja a diversidade sexual, seja a política de direitos. E, como relata A Banca, sentiram que surpreenderam.

Ao exigir das redes que criassem um processo de seleção dos coletivos, dando a elas a autoridade necessária para julgar a relevância e a viabilidade dos projetos, a Iniciativa Comum fez com que elas se fortalecessem ao ponto de serem reconhecidas, nas comunidades, como representantes de suas causas. Deu-lhes prestígio. A Banca, por exemplo, ganhou um novo papel de mediação dos coletivos de jovens com as suas comunidades e espaços, como as escolas. A Ruds fortaleceu-se no movimento LGBT em nível estadual e nacional, sendo hoje modelo de articulação dos agentes do campo. O mesmo aconteceu com o Fonajuves, que já tinha importante papel articulador nacionalmente, mas intensificou sua legitimidade política. A Iniciativa Comum deu às redes reconhecimento de sua capacidade social nas áreas onde atuam.

Além de se aprofundarem nas áreas em que já atuavam, alguns grupos puderam ainda aprender com os demais. Por exemplo: A Banca, especialista em questões abordadas pelo hip hop, paralelamente à experiência da Iniciativa Comum, mergulhou e se tornou referência sobre empreendedorismo social e cultural, ao mesmo tempo em que precisou tomar contato com grupos de natureza muito diferente, aprender sobre diversidade sexual e questionar sua própria postura nessa área. A Ruds, um grupo universitário, conceitualmente bem preparado e bem à vontade com a diversidade cultural, aumentou sua capacidade de articulação política no momento em que precisou atuar diretamente no fortalecimento dos coletivos. Sentiu, inclusive, que precisava contribuir para a formação academicamente orientada e politicamente crítica dos coletivos. O Fonajuves, uma rede experiente na área de direitos juvenis, precisou aprender a lidar com uma enorme heterogeneidade dos coletivos que selecionou, que nem sempre atuavam na defesa de direitos, e verificou que provocá-los a agir nessa direção é um desafio. Assim, embora senhoras de suas causas principais, todas as redes puderam melhorar sua abrangência técnica e conceitual com a Iniciativa Comum, ao interagirem com outras realidades.

De maneira geral, os temas trabalhados pelos coletivos convergiram para a promoção da diversidade cultural e direitos humanos, mas houve pouca discussão sobre políticas públicas de juventude e pouca participação política direta, com pressão sobre o legislativo ou o executivo. Houve preferência dos jovens pela mobilização comunitária e produção cultural, o que pode ser um aprendizado importante a respeito do trabalho com jovens: talvez a atuação direta no campo dos direitos não seja a via preferencial ou mais fácil para a juventude. Talvez apenas alguns grupos estejam preparados ou dispostos a atuar nessa via.

Miolo Mole



Outra maneira de verificar se houve fortalecimento das redes é olhar para a sua capacidade de agregar agentes, ou seja, seu “poder de associatividade”, e a coesão dos vínculos que consegue formar, a força da união entre todos, em prol do objetivo comum. A Ruds, a partir de dois coletivos, cresceu para nove, espalhados por oito municípios mineiros, e conseguiu estabelecer conexões com outras redes de abrangência nacional. Fez crescer, com seu trabalho, a atração de grupos universitários para a causa da diversidade sexual. Principalmente, criou um modelo de gestão e funcionamento a ser adotado por todos os grupos aderidos a ela, criando boa coesão entre eles. Além disso, conseguiu iniciar um diálogo com outros movimentos da área LGBT no Brasil e com as universidades. A Banca, uma produtora cultural e social, por não se configurar como rede, não atraiu mais adeptos ou associa-

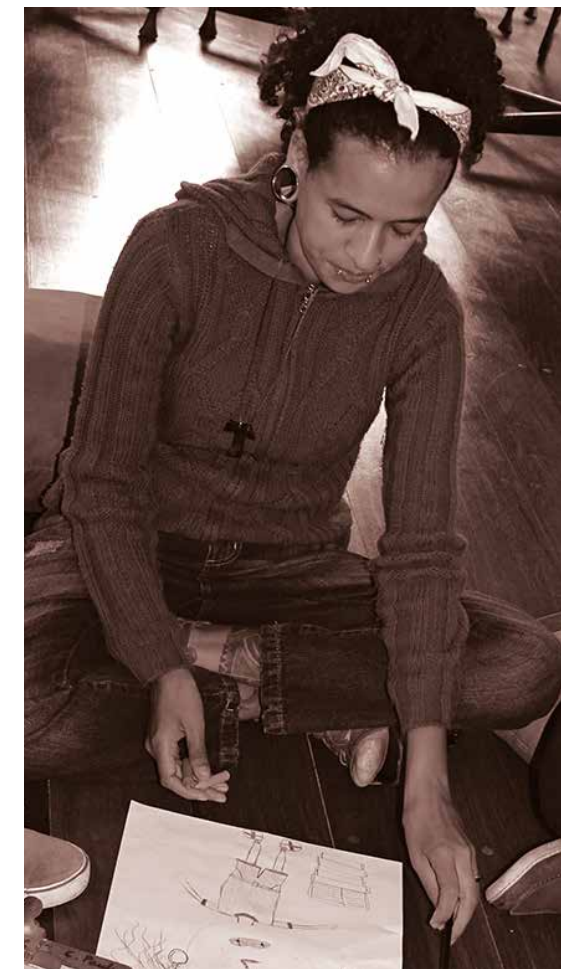
“Quase todos os jovens têm outro trabalho ou está fazendo faculdade ou não têm o costume de utilizar a net como forma de comunicação prática e barata”.

A Banca

“Como os atores envolvidos não possuíam o projeto como atividade central de suas rotinas (pois não havia liberação de tempo e financeira para tal), não existia tempo hábil para que se seguisse a rigor o processo de prestação de contas em momentos de grandes eventos ...”

Ruds

Encontro final da Iniciativa Comum



As transformações nas identidades dos grupos transformam a identidade da rede, sendo este um processo constante, que sempre estará permeado por consensos e dissensos. Exige um voltar-se para o interior com zelo e perícia”.

Ruds

Poucos coletivos se desagregaram ou desmobilizaram durante ou após a Iniciativa Comum: o grupo teatral Atempus se desfez logo após a finalização de seu projeto, em 2012, e aparentemente os grupos Companhia de Aruanda, Miolo Mole, NEAS e Tambor do Coração também se desfizeram, pois deixaram de enviar informações sobre suas atividades à rede e à Iniciativa Comum. Não foi possível identificar os motivos desse afastamento. De qualquer maneira, como bem explicou a Ruds num de seus relatórios, os dissensos e as rupturas obrigam as redes a pensarem em sua própria identidade. Esses episódios ficam, portanto, como oportunidades para mais aprendizados para eles.

Coletivos podem desaparecer por desagregação, mas também podem simplesmente deixar de fazer contato ou não manter comunicação eficiente e regular com as redes. Esse problema de comunicação já se iniciou na fase de contratação, quando a exigência da entrega de documentos originais para assinatura dos contratos de parceria e dos recibos de repasse de verbas foi um entrave que todos tiveram dificuldade de superar – e alguns não conseguiram simplesmente. Enviar documentos originais pelo correio, por exemplo, foi difícil para os jovens dos coletivos. Os contatos das redes com os membros dos coletivos, e dos gestores da Iniciativa Comum com eles, no momento de cobrar e dar orientações para esses procedimentos, também foi difícil e impossível em alguns casos: relatórios de alguns dos grupos jamais foram entregues, mesmo que seus projetos tenham sido executados corretamente.

A comunicação interna na Iniciativa Comum foi difícil, atrapalhada, cheia de percalços, mas aconteceu. Já a comunicação externa, acessível ao público em geral, destinada a divulgar as ações para um número maior de pessoas... não funcionou bem. Esperava-se que as redes conseguissem alimentar e manter um fluxo de comunicação com os coletivos por meio da internet: sites, blogs, fóruns e e-mails. O Fonajuves, que tinha um site, deixou de tê-lo. O blog do Instituto Imagem e Cidadania, instituição parceira, foi usado poucas vezes para informar sobre o edital e a realização de um encontro, não mais do que isso. A Banca, durante todo o período do projeto, manteve o seu blog em funcionamento, mas com assumidas dificuldades de atualização e manutenção. A Ruds

criou um site próprio, com links para páginas, blogs ou sites dos coletivos. Só ela explorou bem as mídias sociais para uma campanha de mobilização, por meio do FaceBook. As demais redes usaram o FaceBook e o Twitter como instrumento de troca de informações entre si, mas não como mídia de debate político e mobilização.

Curiosamente, os coletivos jovens deram pouca importância à comunicação. Talvez isso tenha se dado pelo fato de grande parte das ações dos coletivos ter sido de caráter bastante localizado, centralizado em suas comunidades. Mas, como foi explicitado pela A Banca, a falta de costume e o desconhecimento das técnicas de comunicação digital foram os principais fatores da insuficiência das práticas de comunicação dos grupos. A Ruds escreveu que o envolvimento com atividades pessoais, de estudo e trabalho, prejudicava a prestação de contas. O uso da web foi pequeno: dos 19 coletivos, cerca de um terço apenas usou websites e blogs. Poucos prepararam registros de suas experiências para comunicação ao público. A hashtag #iniciativacomum não “bombou”.



Atempus

O fato de (...) [termos] pouca idade nesta área profissional e termos nascido nesta classe social desperta sensações diferentes entre os envolvidos. Ora o clima é de certa admiração, ora é de certa desconfiança”.

A Banca

A dificuldade na comunicação entre os coletivos, entre eles e as redes e entre todos e os gestores da Iniciativa Comum surpreendeu a todos: o uso da internet e das mídias sociais num ambiente jovem como o da Iniciativa Comum foi muito tímido, muito aquém do esperado. Isso demonstra que não há uma “forma correta” de fazer (apenas porque são jovens, deveriam usar a internet?), e que é preciso ser flexível e aberto, num projeto como esse, para acolher as formas de trabalhar diferentes. Se a interlocução com eles se mostra difícil usando ferramentas como a internet, por outro lado eles são extremamente abertos à participação em jogos lúdicos, vivências, exercícios criativos e ao uso da arte em sua capacitação. Se fica difícil manter o controle estrito sobre as ações dos jovens, ao mesmo tempo é possível explorar sua grande capacidade colaborativa, de ação em conjuntos, em coletivos.

A Iniciativa Comum mostrou que há uma grande heterogeneidade na maneira de se organizar dos grupos juvenis, e que qualquer projeto que deseje trabalhar com os jovens precisa estar aberto a essa característica. No momento em que se abre às comunidades a possibilidade da participação juvenil, é preciso considerar e saber lidar com a condição do jovem: para dar suporte à natureza fluida e instável dos grupos, é preciso imaginar de antemão que várias ferramentas de comunicação precisam ser oferecidas e que, mesmo assim, algumas poderão não ser utilizadas ou ter um uso inusitado. Na Iniciativa Comum, oferecer os dispositivos de internet não foi suficiente, e isso surpreendeu a gestão do programa

Outra surpresa trazida pela Iniciativa Comum e que é ainda mais desafiadora para projetos futuros foi que as exigências burocráticas representaram para os jovens um obstáculo quase intransponível. A moçada realmente se sentiu em apuros quando teve que encarar a lista de documentos exigida para que se fizesse o repasse dos valo-

res para as instituições parceiras. O transtorno foi tamanho que resultou em várias extensões de cronograma.

O que é uma rotina para qualquer pequena empresa, para os jovens envolvidos na Iniciativa Comum representou o primeiro contato com o mundo do trabalho, em que leis e normas administrativas ditam a maneira como as pessoas têm de trabalhar... mesmo que sejam questionáveis, excessivas e até ineficientes. Os jovens descobriram aos tropeços que precisariam cumprir com as solicitações, mesmo que não concordassem com elas ou que sequer pudessem compreendê-las bem, sob pena de perderem a oportunidade de executar seus projetos. Investiram muito esforço na execução dos procedimentos burocráticos, muitas vezes para além daquele investido nas atividades-fim de seus projetos, não foi uma atividade que realizaram com facilidade ou com a qual se sentiam à vontade.



Encontro final da Iniciativa Comum

Boa parte desse desconforto veio do fato de serem pessoas jovens, simplesmente, muitos ainda não responsáveis por si mesmos ou que já tivessem atividade profissional. Outra parte veio do fato de a Iniciativa Comum não conceder o apoio financeiro a pessoas físicas, mas sim pessoas jurídicas. Esse obstáculo, como demonstrou a Iniciativa Comum, pode ser superado com as parcerias com organizações já constituídas. O jovem é comprometido e tem grande seriedade nas suas ações, mas tem pouca oportunidade e espaço de manobra para atuação na sociedade. A Iniciativa Comum, ao lhe fazer exigências e ao capacitá-lo para cumpri-las, ajuda-o para que se institucionalize oficialmente.

As dificuldades burocráticas, na Iniciativa Comum, representaram um paradoxo que foi intensamente debatido dentro e fora do Bloco Brasil, e deve ainda ser analisado por instituições que venham a desenvolver projetos semelhantes no futuro: ao mesmo tempo em que há pressão para que se reduzam as exigências (na quantidade ou qualidade dos documentos solicitados para seleção), por outro se entende que elas não devam ser muito flexibilizadas ou “facilitadas” para os proponentes a projetos envolvendo jovens, por três principais razões.

PoesiaK



Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, justamente por terem consciência de que estavam lidando com jovens cujos coletivos tinham pouca institucionalização, ou seja, que trabalhavam informalmente na grande maioria, o edital da Iniciativa Comum previa que os coletivos pudessem fazer parcerias com organizações que pudessem repassar a eles os recursos financeiros. Esperava-se que essas organizações, instituídas e trabalhando formalmente, deveriam ter experiência e traquejo com as questões burocráticas, de maneira a facilitar o fluxo dos repasses. Mas o que se verificou de fato é que mesmo essas instituições estavam pouco organizadas ou habituadas a esse tipo de prestação de contas, o que faz pensar que uma capacitação específica na área das exigências formais/legais seja realmente necessária.

Em segundo lugar, porque os grandes financiadores envolvidos com o financiamento de projetos, em sua maioria, inclusive os governos, também têm normas rígidas de funcionamento e sofrem auditorias internas e externas: também têm que prestar contas sobre onde e como investem o dinheiro de seus fundos. Assim, diminuir as exigências poderia representar, para esses organismos, riscos de ordem trabalhista e tributária, que podem comprometer seu funcionamento.

Por fim, exigir dos jovens que executem seus projetos atuando como fariam no mundo real de trabalho é uma forma de capacitá-los para que possam, num futuro bem próximo, gerir seus coletivos e redes podendo contar com o financiamento e a parceria de instituições maiores. Para que possam participar de outros editais e se sentirem mais tranquilos com os trâmites burocráticos, de maneira que eles deixem de ser obstáculos tão grandes. Se há atenção com a capacitação “administrativo-burocrática” desde o planejamento inicial, trabalhar com os jovens pode ficar mais fácil.

A Iniciativa Comum provou, portanto, que a juventude é realmente uma porta de entrada preciosa para o desenvolvimento de base, um contato estreito e próximo com a comunidade e com grande alcance e poder de mobilização. Provou também que a arquitetura do projeto em rede, mesmo quando não há controle total do que está sendo produzido, funciona: produz ganhos de escala, promove a diversidade, empodera e amplia o alcance das intervenções.

“A atuação conjunta, em rede, fortalece e empodera os sujeitos que se agrupam, conferindo maior reconhecimento externo, poder de fala e de condução de processos.”

Ruds



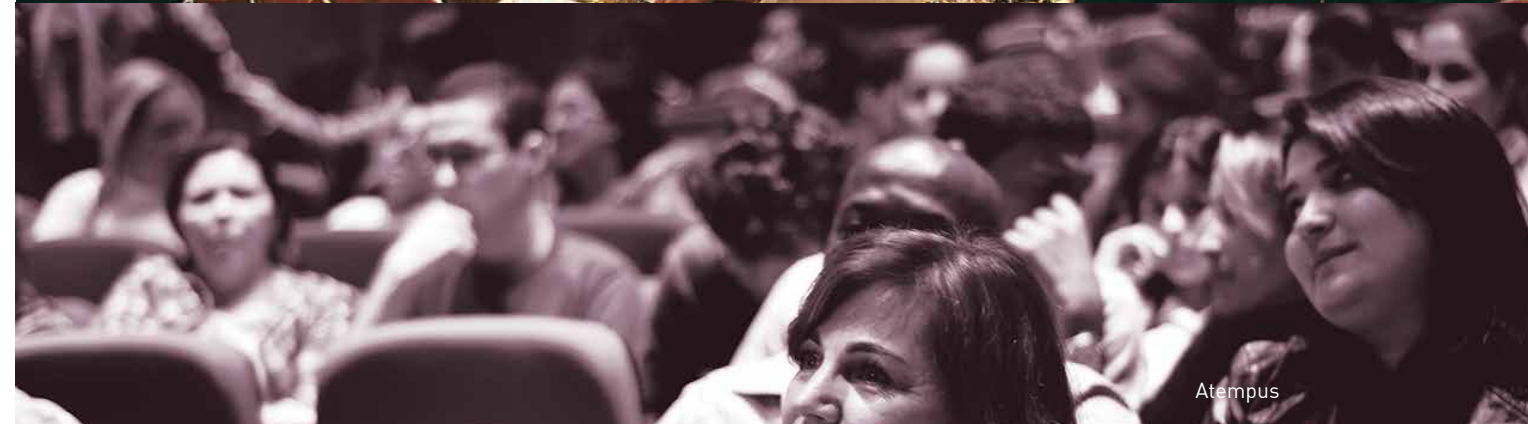
Contraponto



Mudd*se



Juventude Ayahuasqueira
Porta do Sol



Atempus



Encontro final A Banca



ESCALAÇÃO

Os personagens e suas histórias

A BANCA

Apesar de se inscrever como uma rede no programa Iniciativa Comum, A Banca se posiciona, na verdade, como uma produtora social e cultural que utiliza o hip hop como ferramenta de inclusão social. A Banca consegue fazer isso realizando eventos como shows, ensaios abertos, oficinas de música e outros tipos de intervenção cultural voltados para os jovens, principalmente no Jardim Ângela, bairro periférico da cidade de São Paulo. Por já ter uma história consolidada na região, onde se instalou em 2000, transformou duas praças em pontos de encontro e diversão da comunidade local, em intenso trabalho de articulação de grupos de hip hop, reunindo DJs, MC, artistas do grafite e do break.

A Banca já produziu mais de 70 eventos gratuitos, em espaços públicos. Neles, os jovens podem aproveitar as apresentações musicais e de dança e são também incentivados a discutir temas como saúde, meio ambiente, desarmamento, moradia, transporte público e outras questões que fazem parte do cotidiano do jovem da região. A ideia d'A Banca é apresentar perspectivas de futuro aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

A Banca apresenta o hip hop como um movimento agregador, que tem conexão com a política e que reconhece grupos de dança, música e grafite, por exemplo, como movimentos independentes, com potencial de mobilização, questionamento e transformação social. Assim, defendeu sua inscrição na Iniciativa Comum argumentando que esses coletivos precisam de apoio para se estruturar. Como produtora sociocultural de sucesso, A Banca se propôs a selecionar coletivos que trabalhassem com um dos elementos do hip hop (DJs, MC, grafite e break) e que fossem capaz de realizar ao menos uma atividade pública em que fosse explorada a conexão entre o hip hop e o desenvolvi-

mento de base. No projeto Hip Hop Conectando Quebradas, os jovens poderiam trabalhar com, pelo menos, um tema, como comunidades e suas realidades, movimentos sociais, manifestações artísticas, hip hop como forma de educação, entre outros. A Banca conseguiu desempenhar seu papel de rede ao agenciar e integrar diferentes coletivos, que participaram de eventos uns dos outros e estreitaram seus vínculos e troca de experiências. A Banca articulou grupos de jovens com grande diversidade de práticas, mas com harmonia entre eles e entre eles e a rede, estimulando o desenvolvimento da capacidade de se estruturarem e organizarem.



Fora de Frequência

A BANCA

São Paulo/SP

Afasiarte - Jardim Nakamura
Contraponto - Vila Albertina, Tremembé, Zona Norte
Fora de Frequência - Jardim Ângela, Zona Sul
Freestyles D' S - Capão Redondo, Zona Sul
Lords of Krump Brasil - Jardim Aracati, Capão Redondo, Zona Sul
Miolo Mole - Zona Sul
NEAS - Núcleo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade - Jardim Ângela, Zona Sul
Realidade Humana - Jardim Panorama, região do Morumbi
Tambor do Coração - Jardim Ângela, Zona Sul
Vielas, Letras e Livros - Jardim Ibirapuera, Zona Sul

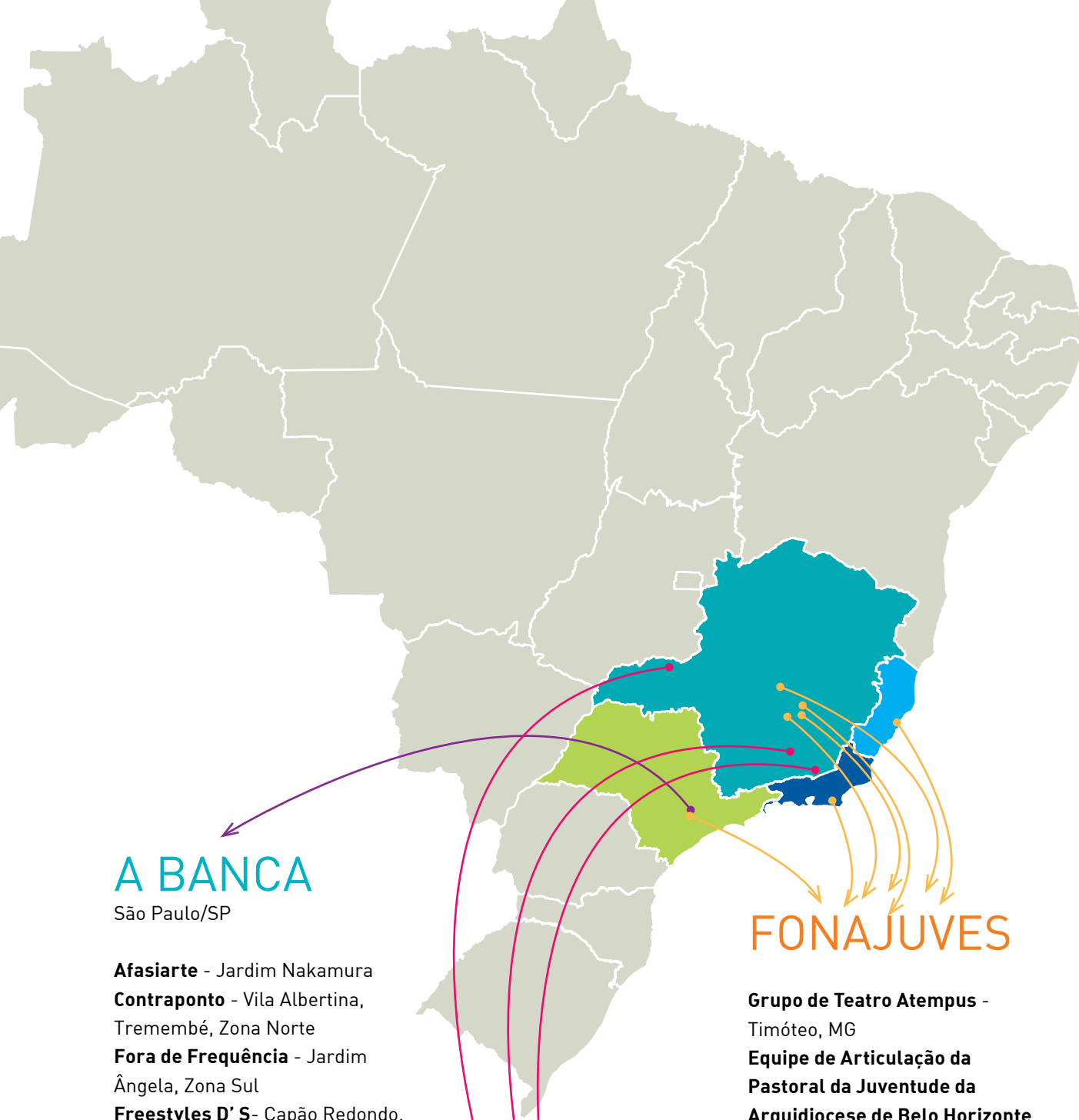
RUDS

Minas Gerais

Juventude da Diversidade Shama - Uberlândia, MG
Mudd*Se - Movimento Universitário em Defesa à Diversidade Sexual - Juiz de Fora, MG
Urucum - Grupo Urucum de Diversidade Sexual - Lavras, MG

FONAJUVES

Grupo de Teatro Atempus - Timóteo, MG
Equipe de Articulação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte - Belo Horizonte, MG (além de Betim, Contagem e Ribeirão das Neves na RMBH)
Reju - Rede Ecumênica da Juventude para Promoção dos Direitos Juvenis - São Paulo, SP
Rede Fale - Levante sua voz contra a injustiça - Vitória, ES
Companhia de Aruanda - Rio de Janeiro, RJ
Já - Juventude Ayahuasqueira Porta do Sol - São Paulo, SP e Rio de Janeiro, RJ
Poesiak - Belo Horizonte, MG



Lords of Krump



Contraponto

HIP HOP – O hip hop pode ser definido como gênero musical, como movimento sociocultural ou como “subcultura”, como performance multidimensional (por misturar música, dança, poesia e arte visual)... Surgiu no final da década de 1970 em Nova Iorque e, no Brasil, apareceu primeiro em São Paulo, no ano de 1980. Seus principais elementos são o break, o grafite, o rap e o DJing. Junte-se a isso um bom mestre de cerimônias (MC) e o beat box (técnica de percussão vocal) e o evento de hip hop está pronto.

DJ – abreviação de “disk jockey”, o DJ é um músico que produz bases rítmicas operando discos e aparelhos de mixagem, que permitem recortar trechos de músicas em novas composições.

MC – o mestre de cerimônias, no hip hop, é um vocalista que expõe carências, injustiças, angústias e reivindicações em composições rimadas baseadas em batidas vocais ou produzidas pelo DJ. O MC anima os eventos de hip hop cantando o rap.

GRAFITE – é uma forma de expressão visual em que tintas são aplicadas em muros e painéis (em spray ou com rolos e pincéis), para fazer desenhos, assinaturas ou deixar mensagens e denúncias. Há grande discussão sobre as fronteiras entre o que é ou não grafite e, no Brasil, sobre a diferença entre grafite e pichação.

DANÇA – no hip hop, a apresentação é sempre improvisada pelo dançarino, que pode competir com outros em sessões públicas. O break é a principal expressão da dança no hip hop, mas também existem outros estilos, como locking, popping e krumping.

OS COLETIVOS D'A BANCA

Edital Hip Hop Conectando Quebradas



Fora de Frequência

AFASIARTE – Grupo de grafite, composto por quatro artistas, criado em 2005 no Jardim Nakamura, em São Paulo (SP), que trabalha em muros de escolas e espaços abandonados na comunidade. Um deles é o MC Kbça, codinome do rapper e grafiteiro Caio Alves, seu principal representante. O projeto do coletivo Afasiarte consistiu na realização do evento de lançamento do CD “Minha vida é isso aqui”, de Kbça, em março de 2012. Na ocasião, vários outros grupos contribuíram com shows, inclusive outro coletivo apoiado pela Iniciativa Comum no mesmo subedital (o Fora da Frequência), saraus de poesia, intervenções de grafite, exposição de mandalas, oficinas de origami e grafite. Cerca de 600 pessoas puderam participar dessas atividades, e o grupo consolidou parcerias com outros coletivos de hip hop locais.

CONTRAPONTO – Seis jovens moradores da Vila Albertina, na Zona Norte de São Paulo (SP), perceberam a falta de iniciativas voltadas para o hip hop na região e propuseram, à Iniciativa Comum, a realização do projeto Vozes da Vila. Ao longo de quatro meses, atraíram cerca de 150

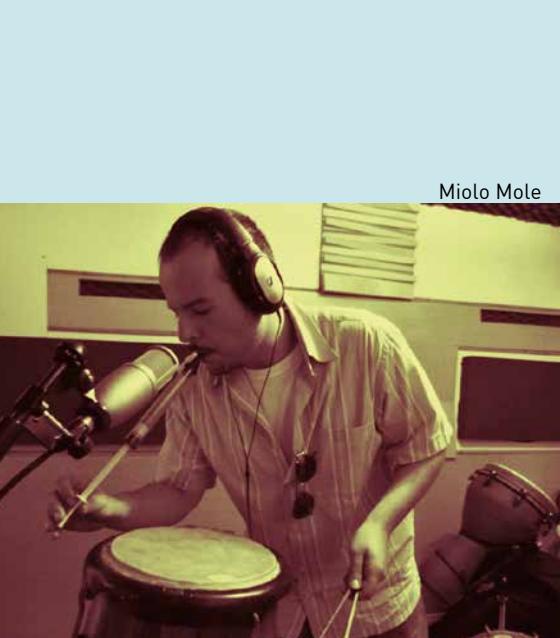
jovens para debates, que chamaram de “Rodas do Conhecimento”, sobre a história do hip hop e a trajetória de seus artistas, música negra, preconceito, sistema de educação formal, mobilização comunitária e outros temas. Além dos debates, os jovens puderam participar de oficinas quinzenais de MC e DJ, abordando técnicas de mixagem, mercado de trabalho para o DJ, estilos de rap, escrita, métrica, postura de palco, gravação em estúdio etc. Em média, seis jovens participaram de cada oficina e produziram juntos a música Mundo da Rima, que foi apresentada no evento de encerramento, em performance conjunta, com participação de 200 pessoas.

FORA DE FREQUÊNCIA

– O grupo surgiu como banca de hip hop em 2006, mas três anos depois começou a atuar com ação cultural e educação junto a jovens das comunidades, e participou da Rede de Educação Cidadã, um projeto do governo federal. O coletivo já tinha estreita parceria com A Banca, mas a participação no Iniciativa Comum deu mais autonomia ao grupo, que se fortaleceu e se instituiu como pessoa jurídica. O

projeto desenvolvido pelo Fora da Frequência foi uma festa de rua chamada Rua da Rima, em que oficinas de MC e composição de rap resultaram na gravação da música “Realidade na Quebrada”, composta pelos alunos após debate sobre questões da comunidade: escola, gênero e desigualdade social. As oficinas, realizadas no Jardim Ângela, em São Paulo, eram inicialmente voltadas para público de 12 a 25 anos, mas acabaram atraindo muitas crianças também. Cerca de 130 pessoas se beneficiaram do projeto.

FREESTYLES D'S – Criado em 2008 no Capão Redondo, bairro periférico de São Paulo, o grupo é formado por 10 pessoas e especializado na pesquisa dos vários estilos de dança do hip hop, como break, locking, popping, krump e house. O projeto realizado na Iniciativa Comum foi a realização de mais uma edição do Tribus Festival, que se iniciou com debates sobre hip hop, seguidos de batalhas de dançarinos, rodas de dança e intervenção de grafiteiros. Em 12 horas de duração, o evento atraiu 30 grupos de dança competidores e 250 pessoas participantes.



Miolo Mole



Vielas, Letras e Livros

LORDS OF KRUMP – Dedicado a um dos estilos de dança de hip hop, o krump, o coletivo é formado por 12 adolescentes entre 17 e 20 anos, do Jardim Aracati, na zona Sul de São Paulo. Para o edital Conectando Quebradas, d'A Banca, o grupo produziu oficinas de dança e grafite, com 40 jovens cada uma, e um evento final, chamado de Confraternização Krumpers, em que os participantes das oficinas puderam se apresentar numa grande jam session. Aproximadamente 400 pessoas se beneficiaram do projeto.

MIOLO MOLE – Este coletivo foi criado especialmente em função do edital Conectando Quebradas, d'A Banca, para a Iniciativa Comum. Era formado por 11 músicos e artistas jovens, comprometidos com o desenvolvimento cultural da periferia da zona Sul de São Paulo, englobando vários bairros periféricos. Seu projeto, chamado de "Mix Tape", consistia em gravar sete músicas compostas pelo grupo, com uma tiragem de 1.000 CDs, dos quais 250 seriam dirigidos a escolas públicas da região. Além disso, o

projeto previa a realização de uma mesa de conversa sobre cultura, música e transformação social, com apresentações musicais e a criação de um blog. Porém, houve grande dificuldade de comunicação da Iniciativa Comum com o grupo e não há informações sobre a efetiva realização do projeto.

NEAS (Núcleo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade) – O coletivo é formado por três ativistas da área ambiental que descobriram no hip hop uma força de mobilização nas comunidades onde atuam. O projeto deste grupo consistia na realização de oficina sobre a construção de cisterna de baixo custo para aproveitamento de água, com atividade de sensibilização marcada para o dia de uma reunião de pais na EMEI Chácara Sonho Azul, na Vila Calu, zona Sul de São Paulo. O projeto também incluía a construção de um telhado verde na cobertura da escola, para filtrar a água a ser armazenada para irrigação de plantas e lavagem de pátios. Não há informações sobre a finalização do projeto ou número de participantes.

TAMBOR DO CORAÇÃO – A dupla composta por um fotógrafo e um arte-educador montou o projeto Hip Hop Tambor: uma oficina de construção de tambores africanos em cerâmica, voltada para 10 jovens de uma escola estadual no Jardim Ângela, em São Paulo. Após a construção de seus tambores, os participantes poderiam ensaiar para apresentações públicas. Não há informações sobre a conclusão do projeto, nem sobre número de participantes.

VIELAS, LETRAS E LIVROS – Um jornalista, um arte-educador e uma psicóloga formam o coletivo que atua, desde 2009, no Jardim Ibirapuera, zona Sul de São Paulo, promovendo leitura sobre cinema e futebol. A proposta deles para o edital do Hip Hop Conectando as Quebradas foi a realização de eventos de estímulo à leitura que começavam com a exibição de um filme num beco do bairro. Em seguida, as crianças recebiam livros para ler em voz alta e para discutir. Foram realizadas quatro rodas de leitura, uma por mês, com grande receptividade.

FONAJUVES

Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis



O Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, conhecido como Fonajuves, é uma reunião de várias organizações, movimentos, redes e coletivos de jovens que promovem a discussão e a formulação de políticas públicas de juventude para o Brasil. O Fonajuves se estabeleceu em 2004 e, em 2011, presidiu o Conselho Nacional de Juventude. Além da atuação em nível nacional na defesa de direitos e participação cidadã, também faz parte do comitê Geo Juvenil do Mercosul, do Fórum Social Consultivo do Mercosul e do Fórum Ibero Americano de Juventude, o que representa acesso importante a organismos internacionais ligados a direitos juvenis. O Fonajuves é, portanto, uma rede de redes com bastante experiência na construção de democracia participativa e desenho de políticas públicas para a juventude. Tem, ao mesmo tempo, capilaridade e influência política.

O Fonajuves apresentou à Iniciativa Comum o projeto Teias Jovens, em que se propunha a fortalecer redes e coletivos que mostrassem capacidade de estimular a participação juvenil, com resultado em políticas públicas em nível local, regional ou estadual. Apesar de ter atuação nacional, precisou se adequar aos critérios do edital

da Iniciativa Comum e limitar-se à região Sudeste. Ainda assim, nada menos que 33 projetos foram inscritos, e oito foram selecionados, sendo que um desistiu. No Teias Jovens, o Fonajuves apoiou coletivos bem heterogêneos: desde grupos com atuação pontual no tempo e bem localizada, até fóruns e redes com articulação política mais expressiva. Acompanhar a execução dos projetos dos sete coletivos, bastante espalhados

geograficamente, foi difícil para o Fonajuves, mas os dois encontros entre eles, realizados na região de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, tiveram bom resultado: os participantes decidiram formalizar uma rede de coletivos juvenis na região Sudeste, diretamente ligada ao Fonajuves. Isso mostrou que a rede superou a dificuldade da dispersão geográfica, conseguindo incorporar a complexidade sociocultural da juventude, ou seja, atendeu públicos bem diversificados.

OS MEMBROS DO FONAJUVES

- ▶ Rede de Juventudes pelo Meio Ambiente (Rejuma)
- ▶ Pastoral da Juventude
- ▶ Central Única dos Trabalhadores
- ▶ GT Juventude do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente (Fboms)
- ▶ Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro
- ▶ Movimento Música para Baixar
- ▶ Fórum das Juventudes do Recife
- ▶ Juventude Serra Azul
- ▶ Mirim Brasil
- ▶ Cedaps
- ▶ Instituto Imagem e Cidadania*

*Organização responsável pela gestão do projeto e pelo contato com o Comitê de Interlocução da Iniciativa Comum.

OS COLETIVOS DO FONAJUVES

Edital Teias Jovens do Brasil

Atempus



ATEMPUS — Grupo de teatro formado em 2008, em Timóteo (MG), o Atempus combina a atividade teatral com ações educativas e sociais, realizando intervenções artísticas em espaços públicos e cursos de formação para jovens. No projeto Jovem para Sempre, propunha realizar oficinas teatrais com estudantes de duas escolas públicas, que deveriam participar de uma competição na qual os grupos apresentariam suas versões da peça O Retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde. O evento foi realizado em julho de 2012 e premiou o vencedor com 500 reais. Porém, a montagem final da peça pelo coletivo não ocorreu, e o Atempus se extinguiu.

PASTORAL DA JUVENTUDE DE BELO HORIZONTE

— Em seu projeto para o Fona-Juves, a Pastoral concentrou-se numa campanha de conscientização contra a violência e o extermínio de jovens. Os grupos de jovens da Arquidiocese de Belo Horizonte, que estavam trabalhando isoladamente nesse tema, encontraram no Teias Jovens uma oportunidade de unir esforços. Aos vários seminários formativos realizados em Betim,

Contagem e Ribeirão das Neves, cidades na região metropolitana de Belo Horizonte com alto índice de violência, seguiu-se o lançamento do “Roteiro para o grupo de jovens - Dinamizando o tema da Campanha Nacional”, em versões impressa e digital, além da produção de folders, cartazes e divulgação por meios eletrônicos, e de parceria com uma rádio e uma TV. De um grupo de 13 jovens inicialmente, a Pastoral da Juventude passou a ter 50 pessoas, que realizaram eventos com a participação de mais de 200. O projeto expandiu a conexão do grupo com outros coletivos e com o governo de Minas Gerais.

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE (REJU)

— O Fórum Ecumênico do Brasil é uma articulação de organizações ecumênicas, comunidades religiosas e movimentos sociais em prol da promoção dos direitos humanos. Em 2007, o Fórum criou a Reju, com o objetivo de aproximar os jovens do debate e da intervenção em políticas públicas voltadas para a juventude. Presente nas cinco regiões do país, a Reju é composta de 40 jovens de religiões cristã, candomblé, umbanda, budismo etc. A Reju é um dos

representantes da sociedade civil no Conselho Nacional da Juventude. Para o Iniciativa Comum, a Reju realizou duas oficinas em São Paulo, com seminários, discussões e atividades como pintura de muro e jogos teatrais. O projeto, chamado “Direitos juvenis e o diálogo contra a intolerância — uma formação para o protagonismo juvenil”, beneficiou 50 participantes e aproximou os membros da rede.

REDE FALE — Desde 2008, a Rede Fale atua no Espírito Santo na defesa de direitos, com temas relacionados à justiça, desigualdade econômica e pobreza. A rede se forma com 40 grupos locais vinculados a seis organizações evangélicas, realizando o que chama de “diálogo entre fé e engajamento político”. A proposta da rede, cujos resultados não foram apresentados pelo coletivo à Iniciativa Comum, era realizar um curso com dois módulos de 20 horas abordando direitos humanos e comunicação comunitária, com oficinas práticas de uso de mídias sociais como mecanismo de participação democrática e transformação social.

Juventude Ayahuasqueira Porta do Sol



COMPANHIA DE ARUANDA

— Jovens oriundos de projetos sociais da periferia do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense criaram a Associação Cultural Companhia de Aruanda em 2007. Seus 25 integrantes oferecem oficinas de música, artes cênicas e outras manifestações culturais na região norte do Rio de Janeiro. Seu projeto era de realizar aulas semanais, com carga total de três horas, de dança afro, danças brasileiras, capoeira e percussão para crianças e jovens do bairro de Madureira. Porém, depois do primeiro encontro dos coletivos do Fona-Juves, o contato com a Aruanda se perdeu.

JUVENTUDE AYAHUSQUEIRA PORTA DO SOL (JÁ)

— O grupo Já, criado em 2006, é o braço jovem do Centro de Estudos Xamânicos de Expansão da Consciência Porta do Sol, e tem cerca de 70 membros. O projeto desse coletivo teve enfoque no intercâmbio cultural com jovens da etnia Guarani Mbyá, da aldeia Tenondé Porã, que fica em Parelheiros, bairro da zona Sul de São Paulo. No encontro, os jovens compartilharam com os índios histórias tradicionais, conceitos éticos e políticos, técnicas de artesanato e de cultivo de plantas, práticas espirituais, comidas e bebidas. Parceria com o grupo Treme Terra permitiu aos 100 participantes vivenciar canto, dança e percussão. Durante os trabalhos, os coletivos compartilharam com os guarani histórias tradicionais, conceitos éticos e políticos, técnicas de artesanato e de cultivo, danças, comidas, tomaram chimarrão, pitaram o petengua, o tabaco tradicional dos guarani. Os encontros envolveram crianças e idosos da aldeia.

POESIAK — Coletivo de oito artistas, criado em 2009, que atua na produção coletiva de poesia, fotografia, artes visuais, música e no tema da ocupação urbana. Pretende, com essas intervenções, estabelecer diálogo entre arte e política, especialmente no campo da juventude, direitos humanos, cultura e da comunicação. No projeto “Ocupado”, o coletivo realizou quatro eventos: “Arte pública e os meios relacionais”, “Intervenção urbana enquanto movimento artístico e político”, “A cidade enquanto palco e espaço de troca” e “Nessa rua tem um rio”, em espaços públicos de Belo Horizonte.

Pastoral da Juventude



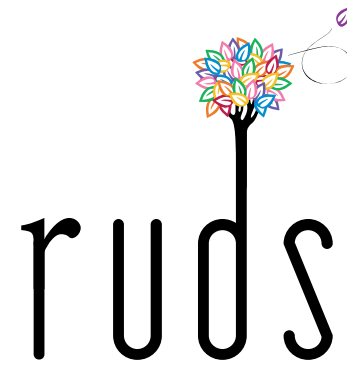
Companhia de Aruanda

RUDS

Rede Universitária de
Diversidade Sexual

Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) articularam-se, em 2009, para criar a Rede Mineira de Grupos Universitários em Defesa da Diversidade Sexual (Remigudds), que foi mais tarde, já durante a participação na Iniciativa Comum, rebatizada Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais (Ruds-MG). A proposta da rede era incentivar a formação de outros grupos universitários de diversidade sexual e propiciar seu fortalecimento, sinalizando para a necessidade de reconhecimento de grupos não formalizados, já que essa falta de institucionalidade das organizações juvenis é reconhecida como um obstáculo ao desenvolvimento de projetos e obtenção de recursos.

Para divulgar seu edital de convocação aos coletivos, a Ruds lançou mão da internet (com site da rede, blog e perfil no Twitter), mas principalmente obteve resultado com a atividade de agentes locais, que fizeram mobilização pessoalmente. A rede não podia obter muito apoio da mídia tradicional, que tem pouco interesse no tema da causa LGBT (acrônimo que designa a causa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). O esforço resultou na seleção inicial de sete projetos, dos quais quatro precisaram se retirar da Iniciativa Comum por não cumprirem os requisitos burocráticos do programa. A parceria entre grupos de universidades diferentes e o fato de seus cronogramas serem pressionados pelo calendário escolar contribuíram para que a Ruds conseguisse iniciar a execução dos projetos dos três coletivos apoiados no prazo estipulado pela Iniciativa Comum.



O processo de acompanhamento do trabalho dos coletivos pela Ruds foi intenso: não somente resultou no desenvolvimento dos grupos, como também gerou mais vínculo entre eles e entre eles e a rede. O fortalecimento dessa adesão e o aprendizado foi tal que, mesmo quando alguns coletivos não conseguiram formalizar sua participação na Iniciativa Comum, permaneceram atuando em rede com a Ruds. Além disso, a Ruds remodelou-se, passando a ter dois representantes de cada coletivo jovem em seu conselho deliberativo. O seu caráter universitário também fez com que fosse mais natural para a Ruds sistematizar e monitorar o seu trabalho, o que contribuiu para grande crescimento e fortalecimento da rede.



Shama

OS COLETIVOS DA RUDS

Coletivos atuando no projeto de promoção da diversidade sexual

MUDD*SE (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual) — Grupo de oito participantes, criado em 2010 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Mudd*Se propõe ações de denúncia e divulgação dos casos de preconceito de gênero e orientação sexual no campus, além de promover a inclusão de travestis e transgêneros no meio acadêmico. Para a Iniciativa Comum, realizou a Segunda Semana de Diversidade Sexual, um encontro de quatro dias para debater políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, educação e homofobia, feminismo, transgêneros e outros assuntos. O evento teve grande repercussão na imprensa.

JUVENTUDE DA DIVERSIDADE SHAMA — Conhecido como grupo Shama, a associação tem 15 membros e atua, desde 2003, com educação para a saúde, assessoria jurídica gratuita, capacitação profissional e mobilização social pelos direitos LGBT em Uberlândia (MG). Seu projeto para a Iniciativa Comum consistiu na realização de um seminário universitário de dois dias, chamado de CineDebate LGBT, com mostra de filmes e vídeos, com objetivo de promover a formação de grupos universitários para o combate à discriminação. O seminário teve participação de 100 pessoas.

GRUPO URUCUM DE DIVERSIDADE SEXUAL — O Urucum nasceu em 2011 dentro da Universidade Federal de Lavras (MG), com 16 integrantes, e vem desenvolvendo campanhas de conscientização sobre doenças sexualmente transmissíveis, com projeção de filmes, eventos culturais e de formação e debates. Para a Iniciativa Comum, realizou a I Semana de Diversidade Sexual de Lavras: Política, Arte e Cultura LGBT, com a I Mostra de Cinema LGBT, trazendo para dentro da Universidade Federal de Lavras a discussão sobre a diversidade. Uma segunda mobilização, em função do Dia Internacional de Combate à Homofobia, consistiu na recepção aos calouros da universidade com campanha sobre HIV e aids. O sucesso dos dois eventos, que atingiram cerca de 1700 pessoas, levou a Ruds a incumbir o Urucum de organizar o seu Encontro Final de Formação.

“A Ruds tem se construído como uma nova e surpreendente forma de articulação, que se propõe a repensar as formas de fazer política/militância/academia na contemporaneidade, materializando-se localmente nas ações de grupos universitários de diversidade sexual e nas articulações em torno da construção de um novo mundo, cada vez mais possível. (...) Nos formamos, formamos novas interlocuções, formamos um pouco mais a ‘nossa cara’. Fica a impressão de que formamos também um algo mais, que ainda não tem nome.”

RUDS



Encontro Ruds-MG



Bloco Brasil da RedEAmérica

A Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base (RedEAmérica) congrega mais de 70 organizações de origem empresarial que fazem investimento social privado em 11 países desde 2002. A RedEAmérica entende que a pobreza não se manifesta somente pela carência de renda e de acesso a bens e serviços, mas é um problema associado à falta de informação, conhecimento e habilidades das pessoas em buscar vínculos e oportunidades de influir nas decisões públicas. Assim, os cidadãos ficam impedidos de decidir sobre o próprio destino. A RedEAmérica atua na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de ação coletiva e participação pública dos cidadãos, de maneira a assumir responsabilidades na superação de condições adversas.

Sete participantes do Bloco Brasil da RedEAmérica participaram do Fundo Iniciativa Comum. O Bloco Brasil tem foco no apoio a iniciativas da juventude brasileira. Atua na qualificação e incentivo aos jovens para que aproveitem os espaços de governança participativa dos locais onde vivem. Se puderem compreender os contextos em que estão inseridos, eles podem contribuir para criar soluções em políticas públicas, fortalecendo a democracia.

Fundação Interamericana (IAF)

A Fundação Interamericana (Inter-American Foundation, IAF) foi criada em 1969 como uma agência independente do governo norte-americano. Seu objetivo é ajudar no desenvolvimento de pessoas de baixa renda na América Latina e no Caribe, o que faz, por meio do financiamento de ideias de autoajuda de grupos de base e organizações não governamentais ou comunitárias, empresas e governos locais. As doações da IAF têm ajudado pequenos agricultores, microempresas e empresas comunitárias, instituições de treinamento e capacitação e serviços de acesso a recursos hídricos e habitacionais no mundo todo. A IAF também procura assegurar a participação de grupos indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiências nesses processos. Assim, foi natural que apoiasse a criação de uma aliança de organizações comprometidas com projetos de desenvolvimento de base, lançando, em 2002, a RedEAmérica. A rede tem um acordo bilateral com a IAF, no qual seus membros (dos 27 fundadores, hoje são mais de 70 organizações) equiparam ou dobrem a contribuição da IAF com seus programas de responsabilidade social, o que fez a atuação da RedEAmérica se expandir além do previsto.

Fundação Otacílio Coser (FOCO)

A Fundação Otacílio Coser foi criada em 1999 por acionistas e colaboradores do Grupo Coimex, que atua nos segmentos de logística, comércio exterior, energia, serviços financeiros, operação de rodovias e incorporação imobiliária, administrando o investimento social de algumas dessas organizações e de outras que tenham os mesmos princípios e valores. A atuação da FOCO não se limita a prover recursos financeiros: sua política se concentra na educação e desenvolvimento comunitário, a partir de necessidades identificadas junto às comunidades das regiões em que atua. Seus projetos estão organizados em três programas: Rede Escolaí, para impulsionar o comprometimento da sociedade com a escola pública; Voluntariado, entre os colaboradores das empresas investidoras; e Desenvolvimento de Base, que atua nas comunidades próximas às unidades de negócio.

A FOCO é uma das instituidoras da RedEAmérica e do Bloco Brasil. Em 2004, fechou com a IAF um convênio para desenvolvimento de base na região da Bacia do Rio Arribiri em Vila Velha (ES). Esse Convênio, mais tarde, abrigou o Fundo Iniciativa Comum.

Comitê de Interlocução

O Bloco Brasil precisava ser informado e consultado sobre decisões tomadas durante o desenrolar da Iniciativa Comum. Só que o Bloco Brasil é formado por muitas fundações e institutos empresariais, e conciliar a comunicação entre todos ficaria impossível sem um grupo de representantes por dentro das atividades desenvolvidas e que tivesse uma certa liberdade de ação. Assim, o Comitê de Interlocução da Iniciativa Comum foi composto para interface entre o Bloco Brasil e a instância executiva do programa. O principal papel do Comitê de Interlocução era agilizar as pequenas decisões em nome dos demais membros do Bloco Brasil e facilitar o encaminhamento junto a esses membros, quando houvesse a necessidade de consulta. Quatro representantes do Bloco Brasil fizeram parte do Comitê e estiveram mais envolvidos com o acompanhamento da gestão do programa: Luciene Sales Sena e Ana Paula Soares de Carvalho, da Fundação Otacílio Cosser, Vera Lopes Dutra, da Aperam, e Milena Drigo, da Arcor.

Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (INCIDE)

O Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (INCIDE) é uma empresa de consultoria que oferece apoio a governos locais, agências de desenvolvimento, organizações não governamentais e privadas que desejem desenhar e implantar projetos de cooperação internacional. Sua atuação se dá nas áreas de adequação dos projetos às legislações locais e internacionais e aos seus objetivos, realização de estudos e pesquisas para auxiliar no desenho de projetos e para avaliar o cumprimento de objetivos e também em capacitação.

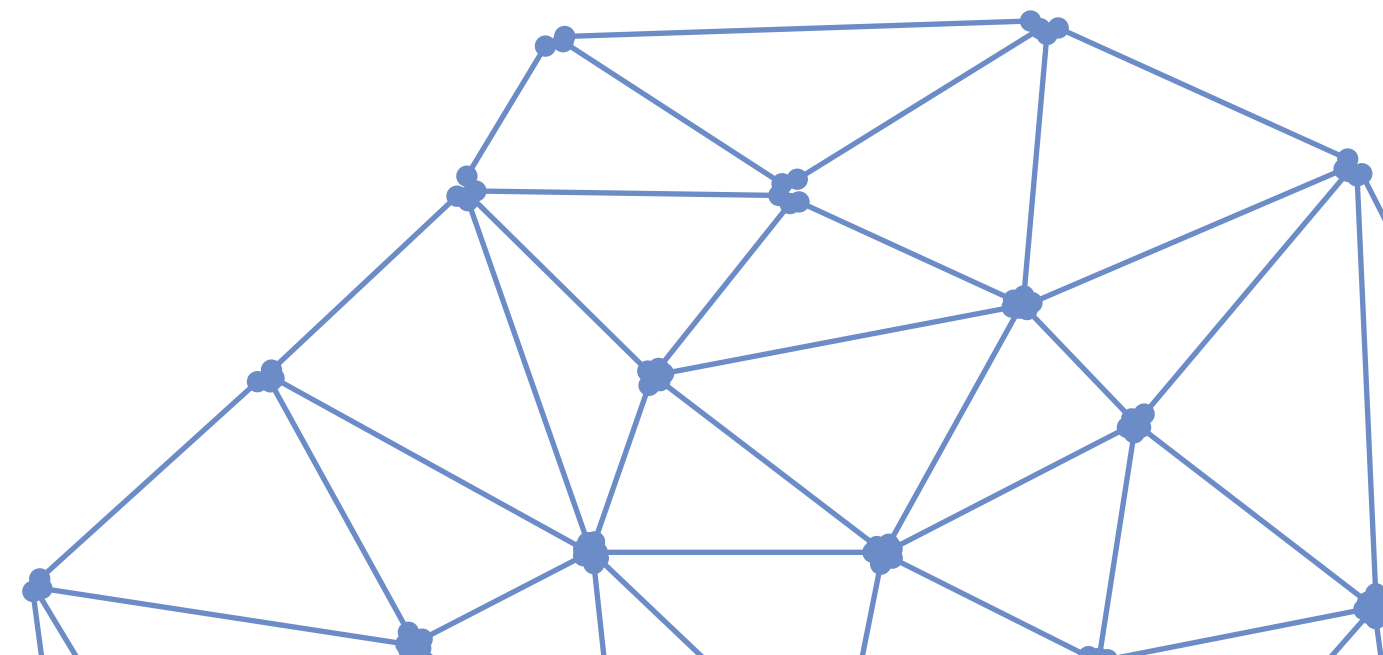
O INCIDE ficou responsável por toda a administração financeira e logística do programa da Iniciativa Comum. Essa gestão incluiu a contratação dos outros consultores e prestadores de serviço, elaboração de contratos com as redes e coletivos e seu monitoramento e acompanhamento da prestação de contas pelos coletivos e redes. O INCIDE também apoiou o Bloco Brasil no desenho do edital do Fundo Iniciativa Comum, no processo de seleção das redes participantes e na gestão geral do convênio com a Fundação Interamericana (IAF), que forneceu recursos ao programa. Os membros do INCIDE envolvidos intensamente com a Iniciativa Comum foram Tania de Falco, Maria Brant e Tamiris Sobral.

Cássio Martinho

Cássio Martinho é jornalista, articulador e especialista em redes, com várias publicações na área, e professor de pós-graduação em Belo Horizonte. Trabalha como consultor de várias organizações não governamentais e também para o governo, além de empresas. Na Iniciativa Comum, participou do planejamento e aplicação dos processos de formação das redes e coletivos, para que se capacitassem a transformar propostas em projetos viáveis, e no desenvolvimento de instrumentos para avaliação do trabalho das redes. Durante o desenrolar do programa, envolveu-se no monitoramento dos trabalhos e na sintetização e análise dos resultados para o relatório final, sob a ótica do desenvolvimento de base. Esteve em intenso contato com o Comitê de Interlocução da Iniciativa Comum, ajudando o Bloco Brasil a extrair aprendizados da experiência a partir do trabalho de campo, executando, portanto, a gestão técnica do programa no que diz respeito à sua arquitetura em rede. Ao mesmo tempo, também permaneceu próximo dos jovens, solucionando dúvidas e auxiliando na implementação de seus projetos.

Scheilla Gumes

A jornalista Scheilla Gumes foi a responsável por desenhar o plano de comunicação da Iniciativa Comum, criando o site oficial e perfis nas mídias sociais que alimentou regularmente. Coordenou a produção do vídeo final da Iniciativa e ofereceu suporte às redes para que divulgassem seu trabalho sistematicamente, com o uso articulado das mídias do programa.



MEMBROS DO BLOCO BRASIL APOIADORES DA INICIATIVA COMUM

- ▶ Fundação Aperam
- ▶ Fundação Otacílio Coser*
- ▶ Instituto Arcor do Brasil
- ▶ Instituto Camargo Corrêa
- ▶ Instituto de Cidadania Empresarial
- ▶ Instituto Holcim
- ▶ Instituto Indusval Multistock de Sustentabilidade

* A Fundação Otacílio Coser atuou como executora da gerência de recursos do Fundo Iniciativa Comum

The logo for Fundação Aperam features the word "aperam" in a stylized, lowercase font. The letters are outlined in purple and filled with a gradient of orange and yellow.The logo for Instituto Camargo Corrêa consists of a stylized graphic of three curved lines in grey, yellow, and blue, resembling a wave or a path. To the right of the graphic, the words "INSTITUTO CAMARGO CORRÊA" are stacked vertically in a sans-serif font.The logo for Fundação Otacílio Coser features the word "FOCO" in a large, bold, blue sans-serif font. Below it, the words "FUNDAÇÃO OTACÍLIO COSER" are written in a smaller, blue sans-serif font.The logo for Instituto ICE features a stylized graphic of a green square with a yellow and blue wave-like shape inside, resembling the Brazilian flag. Below the graphic, the letters "ICE" are written in a bold, black sans-serif font.The logo for Instituto Arcor Brasil features a stylized graphic of a blue bird or wing shape above a yellow semi-circle. Below the graphic, the words "Instituto ARCOR Brasil" are written in a blue sans-serif font.The logo for Instituto Holcim features the words "Instituto Holcim" in a red and black sans-serif font.The logo for Instituto Indusval Multistock de Sustentabilidade features the words "INDUSVAL MULTISTOCK" in a bold, black sans-serif font, with "Instituto de Sustentabilidade" written below it in a smaller, black sans-serif font.



ISBN 978-85-88902-16-9



RedE América

Bloco Brasil

